



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Lucas Pohl Machado

**O Discurso da Responsabilidade Social Corporativa na Cadeia Global da Soja:
Uma Análise Crítica dos Relatórios Socioambientais das Comercializadoras de
Soja na Região do Tapajós.**

Florianópolis
2025

Lucas Pohl Machado

**O Discurso da Responsabilidade Social Corporativa na Cadeia Global da Soja:
Uma Análise Crítica dos Relatórios Socioambientais das Comercializadoras de
Soja na Região do Tapajós.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas.

Orientador: Prof. Abdon Luiz Schmitt Filho, Dr.
Coorientadora: Profa. Gisele Garcia Alarcon, Dra.

Lucas Pohl Machado

**Corporate Social Responsibility Discourse in the Global Soy Supply Chain: A
Critical Analysis of Soy Traders' Socio-Environmental Reports in the Tapajós
Region.**

Dissertation submitted to the Graduated Program
in Agroecosystems at the Federal University of
Santa Catarina as a partial requirement for the
degree of Master in Agroecosystems.

Advisor: Prof. Abdon Luiz Schmitt Filho, PhD.
Co-advisor: Profa. Gisele Garcia Alarcon, PhD.

Florianópolis

2025

Machado, Lucas Pohl

O Discurso da Responsabilidade Social Corporativa na Cadeia Global da Soja: Uma Análise Crítica dos Relatórios Socioambientais das Comercializadoras de Soja na Região do Tapajós. / Lucas Pohl Machado ; orientadora, Abdon Schmitt, coorientador, Gisele Alarcon, 2025.

109 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Greenwashing. 3. Transparência corporativa. 4. Relatório de sustentabilidade. 5. Cadeia da soja. I. Schmitt, Abdon. II. Alarcon, Gisele. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

Lucas Pohl Machado

**O Discurso da Responsabilidade Social Corporativa na Cadeia Global da Soja:
Uma Análise Crítica dos Relatórios Socioambientais das Comercializadoras de
Soja na Região do Tapajós.**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 18 de dezembro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Daisy Christiane Zambiasi, Dra.

Instituição Universidade Federal de Santa Catarina, PPGA.

Profa. Marcela Vecchione-Gonçalves, Dra.

Instituição Núcleo de Altos

Estudos Amazônicos – UFPA.

Profa. Paola Beatriz May Rebollar, Dra.

Instituição ZOT/CCA/UFSC.

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Abdon Luiz Schmitt Filho, Dr.

Orientador

Florianópolis

2025

Ao meu pai, Marcio Borges Machado, Professor da escola pública, cuja dedicação transcendeu salas de aula e deixou seu nome como legado na educação. Seu exemplo de persistência e amor ao ensino foi a inspiração para cada página desta jornada. Obrigado por mostrar que o trabalho honesto semeia frutos que ultrapassam gerações.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço minha mãe, Rejane Pohl, pelo apoio incondicional, incentivo e amor que me acompanharam ao longo de toda esta jornada. Sua força e dedicação foram fundamentais para que eu pudesse seguir adiante, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Abdon Luiz Schmitt Filho e Profa. Dra. Gisele Garcia Alarcon, expresso minha profunda gratidão pela orientação rigorosa, paciência e conhecimento compartilhado. Seus conselhos foram essenciais para a construção deste trabalho, e seu comprometimento com a pesquisa acadêmica serviu de inspiração constante.

A Franciele Cetolin, minha sincera gratidão pela companhia, apoio emocional e parceria nos momentos mais complexos desta pesquisa. Sua presença trouxe equilíbrio e motivação, lembrando-me sempre da importância de perseverar com resiliência.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo, seja por meio de entrevistas, discussões acadêmicas ou suporte técnico. Cada colaboração foi um passo importante para o desenvolvimento desta dissertação.

Lucas Pohl Machado

RESUMO

A cadeia global da soja tem sido uma das principais responsáveis por transformações socioambientais no território que vai do norte do Mato Grosso ao oeste do Pará. Neste contexto, empresas comercializadoras de soja utilizam relatórios de responsabilidade social corporativa (RSC) para comunicar seus compromissos ambientais e sociais. No entanto, este estudo investiga a discrepância entre essas declarações e os impactos reais dessas atividades na Região do Tapajós. A pesquisa utilizou análise de conteúdo de relatórios e entrevistas com atores-chave para avaliar essa discrepância. Os resultados indicam que, embora as empresas afirmem adotar práticas sustentáveis, a realidade local revela padrões de desmatamento, uso de agrotóxicos e conflitos fundiários que não são devidamente reportados nos documentos corporativos. Esses achados reforçam a necessidade de mecanismos mais eficazes de monitoramento e regulação na cadeia da soja.

Palavras-chave: Transparência corporativa, *Greenwashing*, Relatório de sustentabilidade, cadeia da soja, Tapajós.

ABSTRACT

The global soybean supply chain has been one of the main drivers of socio-environmental transformations in the territory spanning from northern Mato Grosso to western Pará. In this context, soybean trading companies use corporate social responsibility (CSR) reports to communicate their environmental and social commitments. However, this study investigates the discrepancy between these statements and the real impacts of these activities in the Tapajós Region. The research employed content analysis of reports and interviews with key stakeholders to assess this discrepancy. The results indicate that, although companies claim to adopt sustainable practices, the local reality reveals patterns of deforestation, pesticide use, and land conflicts that are not adequately reported in corporate documents. These findings reinforce the need for more effective monitoring and regulatory mechanisms in the soybean supply chain.

Keywords: Corporate transparency, Greenwashing, Sustainability report, Soy supply chain, Tapajós.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 A expansão da cadeia da soja sobre a floresta amazônica no Pará.....	13
2.2. A chegada da soja no Planalto e a entrada das empresas transnacionais ..	15
2.3 A sustentabilidade na cadeia da soja brasileira	20
2.4 Relatório de responsabilidade socioambiental corporativo e credibilidade ...	25
3. OBJETIVOS	27
4. HIPÓTESES.....	28
5. METODOLOGIA.....	29
5.1 Área de Estudo	29
5.2 Métodos	35
5.2.1 Levantamento e Análise de Dados Secundários	35
5.2.2 Levantamento e Análise de Relatórios Socioambientais Corporativos	36
5.2.3 Realização de Entrevistas com Atores Sociais-Chave.....	37
6. RESULTADOS	39
6.1 Relatórios de Responsabilidade Socioambiental Corporativa.....	39
6.2 Resultados das Entrevistas.....	41
Sustentabilidade.....	42
7. DISCUSSÃO	93
8. CONCLUSÃO.....	104
9. REFERÊNCIAS.....	107

1. INTRODUÇÃO

A crescente preocupação global com as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade tem impulsionado a busca por práticas mais sustentáveis em diversos setores, incluindo o agronegócio. Nesse contexto, a produção de soja na Amazônia Legal, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo, tem sido alvo de intenso debate e escrutínio (Fearnside, 2021). A expansão da soja na região, embora tenha impulsionado o desenvolvimento econômico e gerado divisas para o país, também tem sido associada a impactos socioambientais significativos, como desmatamento, perda de biodiversidade, conflitos por terra e violação de direitos humanos (Nepstad et al., 2008).

Em resposta a essas preocupações, empresas transnacionais que atuam na cadeia da soja têm adotado discursos e práticas de sustentabilidade, buscando demonstrar seu compromisso com a produção responsável e a mitigação dos impactos negativos de suas atividades. No entanto, a crescente pressão por transparência e responsabilidade corporativa têm levantado questionamentos sobre a veracidade e a efetividade dessas iniciativas. A acusação de *greenwashing*, ou seja, a prática de empresas de divulgarem informações enganosas ou exageradas sobre suas práticas ambientais, tem se tornado cada vez mais frequente em relação ao setor da soja (Smith et al., 2014).

A presente pesquisa se insere nesse contexto, buscando analisar criticamente os relatórios de sustentabilidade das empresas transnacionais que atuam na região do Tapajós, na Amazônia Legal, com foco na produção e exportação de soja.

A cadeia global da soja, operante no território que se estende do norte do Mato Grosso ao oeste do Pará (Região do Tapajós), gera transformações socioterritoriais e socioambientais significativas, reconfigurando paisagens e modos de vida. Como as empresas comercializadoras de soja (traders) têm atuado para reportar e legitimar suas operações em consonância com a legislação ambiental brasileira e as

normas de responsabilidade socioambiental, diante dos conflitos e impactos gerados por essa cadeia?

Há uma discrepância entre os compromissos de sustentabilidade declarados pelas traders nos relatórios socioambientais e as consequências territoriais reais de suas operações, especialmente no que tange à mercantilização de práticas socioambientais e à reprodução de desigualdades socioambientais na Região do Tapajós.

A região do Tapajós, caracterizada por sua rica biodiversidade, incluindo a maior floresta tropical úmida remanescente do mundo, e pela presença de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, tem sido palco de intensos conflitos socioambientais relacionados à expansão da soja (Silva, 2015). A pesquisa busca identificar possíveis discrepâncias entre o discurso apresentado nos relatórios de sustentabilidade das empresas e a realidade dos impactos socioambientais da produção de soja na região, especialmente no que diz respeito ao desmatamento, uso de agrotóxicos e violações de direitos humanos.

A pesquisa se insere no contexto do Projeto EPICC, acrônimo em inglês para “Políticas Ambientais através de Cadeias de Commodities: comparando a governança multinível para a proteção da biodiversidade e a ação climática no Brasil, na Colômbia e na Indonésia”, financiado pela Fundação Biodiversa, da União Europeia. O projeto é desenvolvido por um consórcio de universidades europeias (Universidade de Lund - Suécia, Universidade da Antuérpia - Bélgica, Universidade de Leibniz/ZALF - Alemanha, Universidade Tecnológica da Noruega - Noruega), duas universidades da Indonésia (Gadjah Mada e Bangka Belitung) e 3 universidades brasileiras (Federal de Santa Catarina, do Pará e a Federal Fluminense). O projeto tem como objetivo investigar cinco cadeias de commodities globais (gado, soja, óleo de palma, ouro e estanho) que "alimentam" o mercado europeu. Para tanto, o EPICC busca mapear a governança e os vínculos de poder que conectam os múltiplos territórios de produção, de transformação e seus sistemas jurídicos plurais com o espaço regulatório, político e socioeconômico europeu. Os resultados gerados pela presente pesquisa de mestrado procuram

contribuir para os achados do projeto, gerando resultados que visam ampliar o conhecimento acerca da territorialização da cadeia da soja na região do Tapajós e disponibilizar informações acessíveis para as comunidades tradicionais e povos indígenas que habitam e compõem os múltiplos territórios desta região desde tempos imemoriáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A EXPANSÃO DA CADEIA DA SOJA SOBRE A FLORESTA AMAZÔNICA NO PARÁ

A introdução da soja no estado do Pará faz parte de um processo de expansão agrícola que teve origem nos estados do Sul do Brasil, onde a semente era inicialmente adaptada a climas mais frios. Esse processo foi viabilizado por programas de pesquisa, como o promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que, a partir da década de 1970, investiu no melhoramento genético das sementes para torná-las aptas ao cultivo em áreas tropicais. A criação da Embrapa em 1973 e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), vigente de 1979 a 2001, foram fundamentais nesse contexto. Esses esforços possibilitaram a expansão da fronteira agrícola brasileira, que envolveu também investimentos em infraestrutura, como a construção da BR-163, e políticas de crédito, incentivando o avanço da soja do Cerrado para a Amazônia, especialmente a partir das décadas de 1990 e 2000. No Pará, essa expansão foi facilitada pelo vasto 'estoque' de terras disponíveis a preços baixos, em áreas de fronteira agrícola. A pavimentação da BR-163 desempenhou um papel crucial nesse processo, reduzindo os custos de transporte e conectando novas áreas de produção ao porto de Santarém, impulsionando, assim, o monocultivo da soja na região.

A introdução da soja no Pará, particularmente na década de 1990, transformou a paisagem socioambiental e produtiva do estado. Impulsionada pela demanda global por commodities agrícolas e políticas de incentivo governamentais, a expansão da monocultura da soja resultou em consideráveis transformações nos territórios de

povos indígenas e comunidades tradicionais, desencadeando conflitos territoriais e impactos culturais profundos (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, 2022).

A perda de habitats naturais devido à conversão de áreas florestais em plantações de soja tem levado a uma redução drástica na biodiversidade, ameaçando ecossistemas inteiros e resultando na extinção local de espécies (Alencar et al., 2019). Além disso, a expansão da soja intensificou conflitos sociais, incluindo disputas por terra, violações de direitos humanos e marginalização de comunidades locais, muitas vezes levando à expulsão de pessoas de suas terras ancestrais e à perda de seus meios de subsistência tradicionais (Ferreira et al., 2020).

A monocultura da soja também contribuiu para o aumento da insegurança alimentar e nutricional entre as populações locais, reduzindo a diversidade de alimentos disponíveis e aumentando a dependência de alimentos processados (Branford & Rocha, 2016). A poluição dos rios devido ao uso intensivo de agrotóxicos nas plantações também impactou a saúde humana e a biodiversidade aquática, prejudicando a qualidade da água e dos solos (Silva et al., 2018).

Os conflitos gerados pela expansão da soja também têm implicações políticas, com a pressão do *lobby* agroindustrial influenciando a formulação de políticas públicas, muitas vezes em detrimento dos direitos das comunidades locais e da proteção ambiental (Godar et al., 2019). A migração de trabalhadores para as plantações de soja também gerou mudanças nos padrões de ocupação do território e nas dinâmicas demográficas da região, com o crescimento desordenado de assentamentos informais e problemas como falta de infraestrutura e aumento da criminalidade (Moran, 2017).

A resistência das comunidades indígenas e tradicionais à expansão da soja tem sido fundamental na luta pela proteção de seus territórios e modos de vida, evidenciando a necessidade de abordagens que promovam uma agricultura mais sustentável e socialmente justa no estado do Pará (Nepstad et al., 2018; Fearnside, 2021).

A transformação da paisagem agrária na calha do rio Amazonas é um processo marcado por crises e pelo avanço do agronegócio, especialmente da cultura da soja. Este fenômeno não apenas modifica o ambiente natural, mas também gera impactos sociais e econômicos significativos para as comunidades locais e o ecossistema amazônico (Silva et al., 2020).

A expansão da soja na Amazônia não é apenas uma questão local, mas tem repercussões globais, uma vez que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores mundiais dessa commodity. Portanto, é fundamental compreender as dinâmicas socioambientais e econômicas associadas a essa expansão, bem como suas implicações para o desenvolvimento sustentável da região e do país como um todo (Santos et al., 2020).

O estado do Pará lidera as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) associadas às mudanças de uso e cobertura da terra na Amazônia Legal, impulsionadas principalmente pelo desmatamento para expansão da agricultura e pecuária (INPE, 2020). A conversão de florestas em áreas agrícolas e de pastagem, além da construção de infraestrutura, aumenta as concentrações atmosféricas de GEE e reduz a capacidade dos ecossistemas de absorver CO₂ (Alencar et al., 2017). Essas mudanças têm implicações ambientais, sociais e econômicas, afetando comunidades locais que dependem dos recursos naturais (Nepstad et al., 2021). Diante disso, medidas para reduzir as emissões de GEE e promover o desenvolvimento sustentável são cruciais, incluindo políticas de conservação, fiscalização, monitoramento e estímulo a práticas sustentáveis (IBAMA, 2022).

2.2. A CHEGADA DA SOJA NO PLANALTO E A ENTRADA DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS

A chegada da soja ao Planalto de Santarém ocorreu em meados da década de 1990, como parte de um processo de expansão agrícola impulsionado por investimentos privados e programas estatais. Em 1996, foram realizados os primeiros ensaios de pesquisa na fazenda Diamantino pelo grupo Quincó, com assistência técnica da Agrária Engenharia, resultando na primeira colheita em 1997.

A região apresentava condições favoráveis ao cultivo da soja, com terras disponíveis a preços baixos e solo fértil.

Além disso, a antecipação do asfaltamento da BR-163 pelo governo do Pará incentivou o desenvolvimento agrícola, facilitando o escoamento da produção. O governo estadual e a administração municipal de Santarém ofereceram total apoio ao plantio, promovendo o crescimento da cultura na região. No entanto, a partir de 2006, a expansão da soja começou a enfrentar restrições, principalmente devido à pressão de ONGs e à implementação da 'Moratória da Soja', que limitou o cultivo a áreas não desmatadas. Esse contexto impactou o avanço da soja no Planalto de Santarém e em outras partes do Pará, levando a uma diminuição na produção a partir de 2007.

A expansão da soja na região do Planalto Santareno, na década de 1990, marca uma transformação significativa na paisagem agrícola da Amazônia. Este fenômeno reflete a modernização agropecuária e a ampliação das fronteiras agrícolas, impulsionadas por estratégias expansionistas do agronegócio na região (Fearnside, 2021; França, 2020).

A expansão da soja na região de Santarém revela não apenas a transformação da paisagem rural, mas também a geração de conflitos fundiários entre diferentes atores. Esses conflitos refletem disputas por territórios e poder econômico na região, evidenciando os interesses contraditórios entre os agentes envolvidos (Santos et al., 2019).

Em todo estado e também no Planalto Santareno, a cadeia de produção da soja é dominada por empresas transnacionais, conhecidas como *tradings*, que desempenham um papel fundamental na comercialização e exportação do produto. Essas empresas exercem uma influência significativa sobre a expansão da cultura da soja na região, moldando as dinâmicas socioeconômicas e ambientais do Planalto Santareno (Oliveira et al., 2020).

Enquanto as empresas transnacionais buscam expandir suas operações e lucrar com a produção de commodities como a soja, as comunidades locais e

organizações ambientais lutam para preservar seus territórios e modos de vida tradicionais (Franco et al., 2021). A chegada das empresas transnacionais no Planalto intensificou as disputas por recursos naturais e pela apropriação de terras por parte destas empresas (almeida et al., 2018)

Um aspecto importante destacado por diferentes autores trata-se do fato de que a expansão da produção de soja no Planalto Santareno não se limita apenas ao plantio da cultura, mas também envolve um significativo desenvolvimento das infraestruturas portuárias e de escoamento. Os dados de exportação refletem essa tendência, demonstrando um aumento expressivo no volume de soja embarcada pelos portos da região. Essa expansão das infraestruturas está diretamente relacionada ao crescimento da produção agrícola na área, impulsionada pela demanda global por commodities agrícolas, como a soja (Almeida et al., 2021; Gayoso, 2010).

Os dados de crescimento da soja no Planalto de Santarém refletem o rápido avanço dessa cultura a partir da segunda metade dos anos 1990. Entre 1997 e os anos 2000, o plantio da soja aumentou significativamente, impulsionado tanto por investimentos privados quanto pelo apoio do governo estadual. Santarém e Belterra emergiram como os principais polos de produção de soja na região do Baixo Amazonas.

No início dos anos 2000, a chegada de empresas multinacionais como a Cargill, que instalou um porto de grãos sólidos em Santarém em 2003, facilitou ainda mais o escoamento da produção, consolidando a região no mercado de commodities. No entanto, após 2006, houve uma retração no crescimento da soja devido a pressões ambientais, como a 'Moratória da Soja', que limitou o avanço das plantações em áreas desmatadas. A produção, que antes expandia rapidamente, sofreu uma queda significativa em 2007, refletindo a adaptação das políticas ambientais à demanda por uma produção mais sustentável.

A exportação da soja em grãos dos portos de Santarém saltou de cerca de 74 mil toneladas em 2009 para 520 mil toneladas em 2022 (COMEX MDIC, 2023). O porto

de Itaituba começou a exportar soja em 2017, sendo que também neste caso, a exportação saltou de cerca de 12 mil toneladas em 2017, para 123 mil toneladas em 2022. O destino da exportação originada nas estruturas portuárias de Itaituba e Santarém entre 2008 e 2023 foi principalmente a União Europeia (31%), a Rússia e Reino Unido (30%) e a Ásia (19%). Segundo dados da Antaq (2023), a movimentação portuária em Santarém cresceu 43% entre 2018 e 2022, enquanto em Itaituba, na ETC (estação de transbordo) da Cargill a movimentação de cargas portuárias cresceu quase 200% no mesmo período.

O aumento na produção e exportação de soja e a expansão das infraestruturas portuárias no Região do Tapajós tem sido acompanhada por preocupações ambientais e sociais. A construção de novos portos e vias de transporte muitas vezes resulta em impactos negativos sobre o meio ambiente, incluindo desmatamento, fragmentação de habitats e poluição dos recursos hídricos. Além disso, comunidades locais podem ser afetadas pela perda de terras e recursos naturais, bem como pela pressão sobre serviços básicos e infraestrutura pública (Silva et al., 2020).

A questão da soja no Tapajós também levanta preocupações sobre a sustentabilidade da atividade agrícola na região. O aumento da produção e exportação de soja pode contribuir para a expansão da fronteira agrícola, resultando em uma maior pressão sobre áreas de floresta e ecossistemas sensíveis. (Oliveira et al., 2021).

A expansão das infraestruturas portuárias e de escoamento no Tapajós também tem implicações geopolíticas e econômicas significativas. A região tornou-se um importante corredor de exportação para produtos agrícolas (soja e milho) e minerais, desempenhando um papel estratégico no comércio internacional. Isso coloca o Tapajós no centro das atenções de investidores e governos interessados em aproveitar as oportunidades de negócios geradas pela expansão do agronegócio na Amazônia (Franco et al., 2021).

O aumento das exportações de soja na região do Tapajós tem sido significativamente impulsionado pela participação ativa dos portos de Santarém e Itaituba/Miritituba. Esses dois portos desempenham um papel crucial no escoamento da produção agrícola da região para os mercados nacionais e internacionais. Santarém, em particular, abriga o Porto de Santarém da Cargill, uma das maiores empresas do setor agroindustrial, que desempenha um papel fundamental na logística de exportação de soja na região (Almeida et al., 2021).

A expansão do Porto de Santarém da Cargill e a modernização das instalações portuárias em Itaituba/Miritituba têm permitido o aumento da capacidade de armazenamento e embarque de grãos, proporcionando maior eficiência e agilidade no transporte da soja até os navios de carga. (Silva et al., 2020).

A participação de Santarém e Itaituba/Miritituba nas exportações de soja tem contribuído significativamente para a economia local e regional, gerando empregos e estimulando o desenvolvimento socioeconômico da área. Além disso, o aumento das exportações de soja fortalece a posição do Brasil como um dos principais produtores e exportadores mundiais dessa commodity, contribuindo para o crescimento do agronegócio no país e para a geração de divisas (Oliveira et al., 2021).

No entanto, o aumento das exportações de soja também levanta preocupações ambientais e sociais, especialmente em relação aos impactos da expansão agrícola sobre o meio ambiente e as comunidades locais. É essencial que o crescimento econômico seja acompanhado por medidas de proteção ambiental e responsabilidade social, garantindo a sustentabilidade da atividade agrícola e o bem-estar das populações afetadas pela expansão do agronegócio na região do Tapajós (Franco et al., 2021).

Diante dos desafios socioambientais colocados pela expansão da soja no Planalto Santareno, é crucial adotar abordagens integradas e sustentáveis para o desenvolvimento da região. Isso requer a promoção de práticas agrícolas responsáveis, a garantia dos direitos das comunidades locais e a conservação dos

ecossistemas naturais, visando um equilíbrio entre a produção agrícola, a proteção ambiental e o bem-estar das populações locais (Rodrigues et al., 2019).

2.3 A SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DA SOJA BRASILEIRA

As cadeias globais de commodities, como a da soja, conectam diferentes partes do mundo em uma rede interdependente de produção, distribuição e consumo (Gereffi et al., 2005). A soja, cultivada em várias regiões, incluindo a Amazônia, é utilizada em diversos produtos, desde alimentos para animais até óleos e biocombustíveis (Borras et al., 2018).

As discussões acerca da sustentabilidade da cadeia da soja têm sido amplamente abordadas em estudos científicos, teses e outras pesquisas. Esses estudos destacam os impactos ambientais, sociais e econômicos da produção de soja, especialmente na Amazônia, onde o desmatamento associado ao cultivo da soja tem levantado preocupações globais (Couto et al., 2020). Apesar disso, também são apontadas práticas e tecnologias que podem contribuir para minimizar esses impactos e promover uma produção mais responsável (Garcia et al., 2019).

As estratégias de governança público-privada, como a Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS) e outras iniciativas semelhantes, surgem como importantes iniciativas para abordar os desafios de sustentabilidade na produção de commodities (Glasbergen et al., 2018). Essas mesas redondas reúnem diversos atores sociais (*stakeholders*), incluindo empresas, governos, ONGs e sociedade civil, para desenvolver e implementar diretrizes e padrões de produção sustentável. No entanto, a eficácia dessas estratégias tem sido objeto de debate, com algumas críticas sobre sua capacidade de realmente promover mudanças significativas na prática (Cashore et al., 2018).

A Moratória da Soja é outro exemplo de uma iniciativa de governança público-privada que visa combater o desmatamento associado à produção de soja na Amazônia (Nepstad et al., 2014). Este acordo, assinado por empresas do setor da soja, se compromete a não comprar soja cultivada em áreas desmatadas após certo período. No entanto, há divergências sobre o sucesso e eficácia da Moratória, com

alguns estudos apontando progressos significativos na redução do desmatamento, enquanto outros destacam falhas na implementação e fiscalização (Gibbs et al., 2015).

Além das iniciativas de governança, as empresas do setor da soja têm adotado algumas práticas e políticas para demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade na Amazônia para seus investidores. Isso inclui investimentos em práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto e a recuperação de áreas degradadas, bem como ações de conservação ambiental e engajamento com as comunidades locais (Barreto et al., 2018). No entanto, a eficácia dessas medidas em garantir uma produção de soja verdadeiramente sustentável continua sendo objeto de debate e análise crítica.

Para definir o que são cadeias globais de commodities, é fundamental compreender o conceito de interconexão e interdependência que caracteriza esses sistemas. As cadeias globais de commodities representam uma rede complexa de produção, distribuição e consumo de bens primários, como alimentos, energia e minerais, que se estendem por diferentes países e regiões do mundo (Gereffi et al., 2005). Essas cadeias são moldadas por uma série de atores, incluindo produtores, comerciantes, processadores, distribuidores e consumidores, que colaboram e competem ao longo de toda a cadeia de valor para garantir o suprimento e a demanda desses produtos em escala global.

Para compreender o histórico das relações de governança privada e público-privada nas cadeias de commodities, é importante analisar iniciativas como a RTRS (*Round Table on Responsible Soy*), a Moratória da Soja e o Programa Soja Plus. Essas iniciativas surgiram no início dos anos 2000, em resposta à crescente preocupação com os impactos ambientais e sociais da produção de commodities, em particular da soja, que desempenha um papel significativo na economia agrícola brasileira (Ramos et al., 2020). A RTRS, por exemplo, foi estabelecida como uma plataforma *multi-stakeholder* para promover práticas responsáveis na produção de soja, enquanto a Moratória da Soja surgiu como um compromisso voluntário das empresas do setor em não comprar soja cultivada em áreas desmatadas da

Amazônia após 2006 (Petersen et al., 2019). Já o programa Soja Plus foi criado como uma iniciativa de assistência técnica e capacitação para promover a adoção de boas práticas agrícolas entre os produtores de soja brasileiros (Barcellos et al., 2018).

Essas iniciativas foram impulsionadas pela pressão da sociedade civil organizada e do mercado por práticas mais sustentáveis de produção de commodities, evidenciando a crescente importância da governança privada na regulação desses setores. No entanto, o sucesso e eficácia dessas iniciativas têm sido objeto de debate, com algumas críticas sobre sua capacidade de realmente promover mudanças significativas na prática e garantir uma produção mais sustentável de commodities (Zomer et al., 2021). Nesse contexto, as políticas corporativas de não desmatamento das principais empresas que comercializam a soja no Brasil, têm desempenhado um papel importante na definição de padrões de sustentabilidade e na comunicação desses compromissos ao mercado e à sociedade (Santos et al., 2020).

A Moratória da Soja foi um pacto estabelecido em 2006 com o objetivo principal frear a taxa de desmatamento na Amazônia motivada pela expansão da cultura da soja na região (Veiga, 2019). Compradores de soja se comprometem a não adquirir o grão de áreas consideradas ilegais, oriundas dos desflorestamentos ocorridos no bioma da Amazônia, a partir de 24 de julho de 2006, tendo como base os desflorestamentos mapeados pelo Programa de Cálculo do Desflorestamento na Amazônia Legal (Terra de Direitos, 2021). A Moratória é resultado da cooperação entre a governança ambiental privada e a governança ambiental pública, com organizações como a Associação Nacional de Exportadores de Cereais (ANEC), Greenpeace, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e representantes do governo brasileiro reunindo-se mensalmente através do Grupo de Trabalho da Soja (GTS) para discutir o progresso da Moratória. Por meio de um monitoramento detalhado, são geradas listas de produtores em não-conformidade com as regulamentações estabelecidas, que são compartilhadas com as empresas. Essas empresas assumem a responsabilidade de não comercializar produtos

provenientes dessas propriedades em não-conformidade. Esse é um processo contínuo, e revisões são constantemente realizadas para garantir maior eficiência e precisão (ABIOVE, 2023).

A Moratória da Soja, implementada em 2006, foi um acordo pioneiro que visava limitar o desmatamento na Amazônia associado ao cultivo de soja, proibindo a comercialização de grãos oriundos de áreas desmatadas após 2008. No entanto, sua eficácia tem sido questionada por várias razões. Um dos principais problemas é a falta de monitoramento abrangente de todas as áreas das propriedades, já que a conformidade é verificada apenas nas áreas efetivamente cultivadas, ignorando outras partes do imóvel. Isso permite que produtores declarem a origem dos grãos de áreas conformes, mas misturem com grãos de áreas em não conformidade dentro da mesma propriedade ou em outras propriedades que possuem (Valdiones et al., 2022; Rausch & Gibbs, 2016). Além disso, estudos como o de Lourençoni et al. (2021) mostram que, entre as safras de 2008/2009 e 2019/2020, o desmatamento para a expansão da soja continuou, com a conversão de mais de 108 mil hectares de floresta em soja no norte do Mato Grosso, indicando que, apesar dos esforços, o desmatamento ilegal ainda ocorre.

O programa Soja Plus, criado em 2011, busca promover a sustentabilidade e a responsabilidade social no cultivo de soja por meio da capacitação de produtores em boas práticas ambientais, sociais e econômicas. O objetivo é reduzir o impacto ambiental do cultivo da soja, principalmente nas áreas de fronteira agrícola. No entanto, o Soja Plus enfrenta críticas relacionadas à sua adesão voluntária e à falta de mecanismos de fiscalização rígidos. Embora tenha alcançado resultados positivos em termos de conscientização ambiental e melhorias na gestão das propriedades, sua capacidade de promover mudanças estruturais na cadeia produtiva é limitada. Muitos produtores adotam práticas que cumprem as exigências mínimas para certificação, sem realmente transformar suas operações em um modelo sustentável de longo prazo.

A *Round Table on Responsible Soy* (RTRS) é uma iniciativa global que visa garantir que a produção de soja ocorra de forma ambientalmente correta, socialmente justa e

economicamente viável. A RTRS estabelece critérios rigorosos para a certificação da soja sustentável, exigindo, por exemplo, que a produção não esteja associada ao desmatamento e que os direitos dos trabalhadores e das comunidades locais sejam respeitados. Apesar de seus objetivos ambiciosos, a RTRS também enfrenta críticas, principalmente devido à baixa adesão de produtores e empresas, o que limita seu impacto na cadeia global da soja. Além disso, o custo e a complexidade do processo de certificação têm sido apontados como barreiras, dificultando a adoção da certificação por pequenos e médios produtores, o que resulta em uma predominância de grandes empresas beneficiadas por essa certificação.

Além destes mecanismos de governança e controle de desmatamento associado à produção da soja apontados acima, o estado do Pará lançou o Protocolo Verde dos Grãos em 2014 como uma iniciativa em conjunto com o Governo do Estado do Pará, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público Federal do Pará. Destinado a assegurar a regularidade ambiental e social em toda a cadeia produtiva de grãos, seu principal objetivo é mitigar os desmatamentos ilegais no Pará. O protocolo estabelece procedimentos de compra de grãos que garantem a origem legal e sustentável dos mesmos, fortalecendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como ferramenta de controle ambiental e ordenamento territorial (Governo do Estado do Pará, 2014).

O "Protocolo Verde de Grãos", lançado no Pará em 2014, tem o objetivo de combater o desmatamento ilegal associado à produção de grãos, especialmente a soja, na Amazônia. Ele envolve compromissos entre o governo estadual, produtores e empresas, exigindo que os grãos comercializados sejam provenientes de áreas ambientalmente regularizadas. No entanto, apesar dos objetivos ambiciosos, o protocolo tem sido alvo de algumas críticas significativas.

Uma das críticas mais frequentes é a falta de fiscalização efetiva. Embora o protocolo estipule que os produtores regularizem suas terras e sigam normas ambientais, a fiscalização de seu cumprimento tem se mostrado insuficiente, principalmente em áreas de difícil acesso. Esse problema é amplificado pela escassez de recursos destinados ao monitoramento contínuo das propriedades, o

que resulta em uma aplicação desigual das regras, permitindo que o desmatamento ilegal persista em alguns casos (ABIOVE, 2021).

Além disso, a rastreabilidade dos grãos ao longo da cadeia produtiva é outro ponto vulnerável. Assim como na Moratória da Soja, há o risco de produtores misturarem soja cultivada em áreas em conformidade com grãos provenientes de regiões que não seguem as normas do protocolo. Esse problema afeta diretamente a confiança na efetividade do acordo, pois torna difícil garantir que toda a produção de grãos seja ambientalmente responsável (Lourençoni et al., 2021).

Outro fator que enfraquece o protocolo é a baixa adesão de pequenos e médios produtores. Embora os grandes produtores estejam mais inclinados a seguir as exigências devido à sua maior capacidade financeira e tecnológica, os pequenos e médios enfrentam dificuldades para arcar com os custos de regularização ambiental e adequação de suas propriedades. Sem incentivos econômicos claros, muitos desses produtores acabam optando por não aderir ao protocolo, o que cria um desequilíbrio no cumprimento das normas e limita o alcance da iniciativa (Valdiones et al., 2022).

Por fim, há também preocupações relacionadas ao desmatamento indireto. Mesmo que os grãos sejam cultivados em áreas regularizadas, o avanço da agricultura pode indiretamente pressionar outras áreas para a prática de desmatamento, especialmente em zonas vizinhas. Além disso, existem brechas na legislação que permitem a conversão de vegetação nativa em pastagem ou áreas agrícolas. Esses "vazios legais" são frequentemente explorados por produtores que expandem a fronteira agrícola sem violar explicitamente as regras estabelecidas pelo protocolo, o que mina a eficácia do acordo em longo prazo (Rausch & Gibbs, 2016).

2.4 RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVO E CREDIBILIDADE

A sustentabilidade é definida como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades" (WCED, 1987). O desenvolvimento

sustentável busca equilibrar as dimensões social, ecológica e econômica (Elkington, 1997).

A responsabilidade social corporativa (RSC) é a forma como as empresas incorporam a sustentabilidade em suas ações (Carroll, 1991). Isso envolve atividades de interesse socioambiental, muitas vezes voluntárias, e a consideração das perspectivas dos *stakeholders*, ou seja, qualquer grupo ou indivíduo afetado pelos objetivos corporativos (Freeman, 1984).

Os relatórios de sustentabilidade são ferramentas utilizadas pelas empresas para comunicarem seu desempenho e impacto em relação à sustentabilidade (GRI Standards, 2021). No entanto, a crescente preocupação com o *greenwashing*, a prática de divulgar informações enganosas ou exageradas sobre as práticas ambientais de uma empresa, levanta questões sobre a credibilidade desses relatórios (Bowen & Aragon-Correa, 2014).

A credibilidade é a percepção da verdade e confiabilidade de uma mensagem (Kohnken, 1990). Nos relatórios de sustentabilidade, a credibilidade é fundamental para garantir que as informações divulgadas sejam levadas a sério pelos *stakeholders* (Michelon et al., 2015). A falta de credibilidade pode levar à desconfiança e prejudicar a reputação da empresa.

Para superar a assimetria de informações e construir credibilidade, as empresas precisam garantir a transparência e a qualidade das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade. Isso pode ser alcançado através da utilização de indicadores claros e verificáveis, da participação dos *stakeholders* no processo de elaboração do relatório e da verificação independente das informações por terceiros (Deegan, 2014).

A comunicação transparente e autêntica é fundamental para estabelecer a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade. As empresas precisam demonstrar que suas ações estão alinhadas com os valores e expectativas da sociedade, indo além do mero cumprimento das leis e regulamentações (Palazzo & Scherer, 2006).

A comunicação deve ser clara, concisa e acessível a todos os *stakeholders*, utilizando linguagem simples e evitando jargões técnicos.

Além disso, a comunicação deve ser consistente ao longo do tempo, refletindo um compromisso contínuo com a sustentabilidade. As empresas devem evitar o *greenwashing*, que pode prejudicar sua reputação e minar a confiança dos stakeholders. Em vez disso, devem buscar uma comunicação transparente e honesta sobre seus desafios e sucessos em relação à sustentabilidade.

A questão dos relatórios ambientais de grandes empresas, como os apresentados pela Cargill, tem gerado debates sobre sua real eficácia e transparência. Embora esses documentos sejam projetados para demonstrar o compromisso das corporações com a sustentabilidade e a redução do impacto ambiental, críticas apontam que muitas vezes eles não passam de *greenwashing* — uma forma de maquiar práticas prejudiciais ao meio ambiente. Esses relatórios deveriam fornecer dados precisos sobre o desmatamento e a pegada de carbono, bem como detalhar ações concretas de mitigação. No entanto, diversos estudos e reportagens sugerem que, em vez de resolverem os problemas, as soluções propostas nos relatórios frequentemente são insuficientes ou desviam o foco das verdadeiras causas, como é o caso das promessas de "carbono zero" que não lidam diretamente com a degradação ambiental em regiões sensíveis como a Amazônia. Essa falta de rigor e a manipulação de dados colocam em xeque a eficácia dessas iniciativas no combate ao desmatamento e às mudanças climáticas (Terra de Direitos, 2023; Greenpeace, 2020).

3. OBJETIVOS

- Objetivo Geral:

Analisar o discurso de responsabilidade social corporativa (RSC) das traders de soja na Região do Tapajós e sua relação com as transformações socioambientais geradas pela cadeia global da soja.

- **Objetivos Específicos:**
 - Investigar como os relatórios socioambientais da Cargill abordam questões de sustentabilidade na cadeia da soja no Tapajós.
 - Contrastar as narrativas dos relatórios com dados empíricos sobre desmatamento, conflitos fundiários e impactos sociais na região.
 - Identificar mecanismos de 'esvaziamento de sentido' nos discursos de RSC, mediante entrevistas com atores locais (pequenos agricultores, representantes de ONGs, órgãos governamentais).

4. HIPÓTESES

Hipótese Geral

Há uma discrepância entre os compromissos de sustentabilidade declarados pelas traders nos relatórios socioambientais e as consequências territoriais reais de suas operações, especialmente no que tange à mercantilização de práticas socioambientais e à reprodução de desigualdades socioambientais na Região do Tapajós.

Hipóteses específicas

- H1: Os compromissos declarados pelas traders (ex.: "combate ao desmatamento", "apoio a comunidades tradicionais") são estrategicamente desvinculados de ações concretas, revelando um processo de greenwashing .
- H2: A mercantilização da sustentabilidade nos relatórios socioambientais serve para legitimar a expansão da soja em áreas de conflito fundiário e ambiental na Região do Tapajós.

- H3: A reprodução de desigualdades socioespaciais pela cadeia da soja é sistematicamente omitida nos relatórios, ignorando vozes de populações locais afetadas (ex.: comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores).

5. METODOLOGIA

5.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa de mestrado teve como foco as corporações transnacionais que atuam na cadeia da soja na região da bacia hidrográfica da Região do Tapajós, mais especificadamente na porção sudoeste do Pará, definida como região do Tapajós, que compõe parte da bacia hidrográfica do rio Tapajós.

A bacia hidrográfica da Região do Tapajós compreende aproximadamente 500 mil km², incluindo municípios dos estados do Mato Grosso (46), Pará (9) e Amazonas (2). Os maiores municípios estão localizados no estado do Pará, incluindo Novo Progresso, Jacareacanga e Itaituba, que juntos representam 143 mil km². A porção da bacia restrita ao estado do Pará totaliza 187.160,50 (Figura 1).

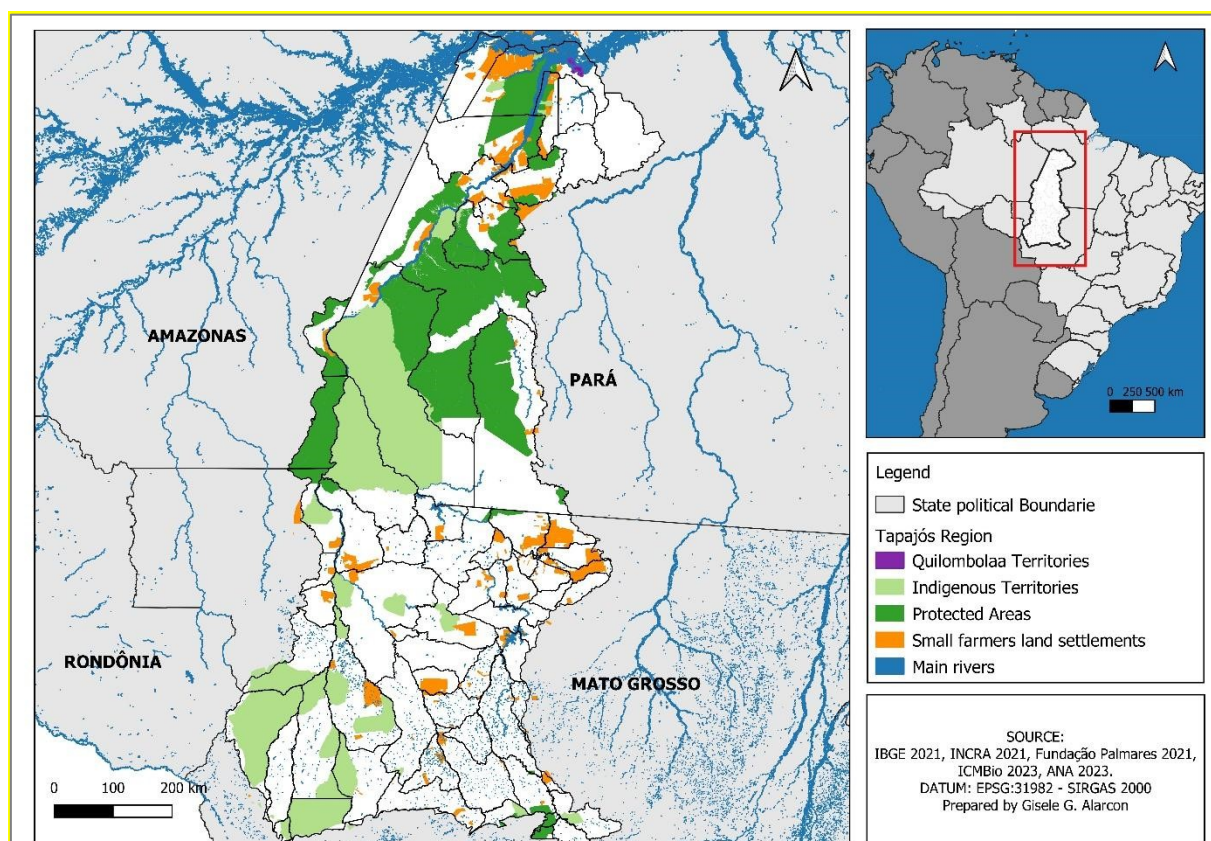


Figura 01: Localização da bacia hidrográfica do Região do Tapajós, Brasil.

Fonte: Projeto EPICC (2024)¹

A maioria dos municípios compreende menos de 50 mil habitantes, sendo os municípios mais populosos Santarém, no Pará, e Sinop e Sorriso, no MT. Santarém é a principal cidade do sudoeste Paraense e está localizada na confluência do rio Amazonas e da Região do Tapajós.

A bacia hidrográfica do Tapajós, um dos afluentes mais importantes do rio Amazonas, é ecologicamente rica e sensível. Ela abriga uma biodiversidade expressiva e ecossistemas variados, que estão ameaçados principalmente pela expansão agrícola e mineração (Fearnside, 2015).

A expansão da fronteira agrícola nesta bacia, impulsionada por corporações transnacionais, tem gerado conflitos socioambientais, com impactos sobre

¹ www.epiccproject.org

comunidades locais e tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, que têm sua subsistência e modo de vida afetado pela degradação ambiental e pela alteração no uso da terra (Garrett et al., 2018).

A região, apesar de remota, tem recebido investimentos em infraestrutura para facilitar o escoamento da soja, incluindo portos na Região do Tapajós, rodovias, e ferrovias projetadas, como a Ferrogrão. Esses projetos estão associados ao desenvolvimento econômico, mas também levantam preocupações ambientais (Silva et al., 2020) (Figuras 02 a 09²).



Figura 02: Silos no porto da Cargill, Santarém, Pará.

² Todos os registros fotográficos foram disponibilizados por Gisele Garcia Alarcon (Projeto EPICC).



Figura 03: Porto da Cargill em Santarém, Região do Tapajós, Pará.



Figura 03: Plantio de milho na entressafra da soja, Santarém, Pará.



Figura 04: Trecho asfaltado da BR-163, Planalto Santareno, Pará.



Figura 05: Navio cargueiro em deslocamento no Região do Tapajós, Pará.



Figura 06: Quintal agroflorestal de família assentada da Reforma Agrária, Belterra, Pará.



Figura 07: Ecoturismo praticado por populações ribeirinhas no Região do Tapajós, Santarém, Pará.



Figura 08: População de vitório-régia e marreca migratória registrados nas cheias no Região do Tapajós, Pará.



Figura 09: Registro da cheia no Região do Tapajós, Santarém, Pará.

5.2 MÉTODOS

A fim de compreender as estratégias de sustentabilidade das grandes corporações do setor da soja e seu papel na região do Tapajós, esta pesquisa adotou uma abordagem metodológica que combinou a análise de conteúdo de relatórios de responsabilidade social corporativa (RSC) com entrevistas semiestruturadas com atores sociais-chave. O cruzamento dessas informações permitiu uma compreensão mais abrangente e aprofundada da problemática em questão, confrontando os discursos oficiais das empresas com as perspectivas e experiências de diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva da soja.

5.2.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS SECUNDÁRIOS

Inicialmente, realizou-se um levantamento de dados secundários provenientes de fontes confiáveis, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e organizações não governamentais (ONGs) que atuam na região do Tapajós. Também foram consultados artigos científicos e relatórios publicados por ONGs com atuação local sobre a produção da soja, a expansão do Arco Norte e as obras de infraestruturas para dar suporte à cadeia de produção desta commodity. Alguns relatórios importantes incluíram: “Dossiê Crítico da Logística da Soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural”, publicado pela FASE; e o documento “Sem licença para destruição: Cargill e violação de direitos no Tapajós, da Terra de Direitos. A análise desses dados permitiu identificar os principais temas e controvérsias relacionados à produção de soja na região, como desmatamento, uso de agrotóxicos, conflitos por terra e violações de direitos humanos.

Com base nessa análise inicial, foram selecionados os seguintes temas que nortearam a análise dos relatórios de RSC e a elaboração dos roteiros de entrevistas:

- **Rastreabilidade:** A capacidade de rastrear a origem da soja, desde a produção até a exportação, garantindo que não provenha de áreas desmatadas ilegalmente.

- Moratória da Soja: O compromisso voluntário das empresas de não comprar soja de áreas desmatadas na Amazônia após 2006.
- Sustentabilidade: As práticas e políticas adotadas pelas empresas para promover a produção de soja de forma ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável.
- Desmatamento: A relação entre a produção de soja e o desmatamento na Amazônia, incluindo o monitoramento, controle e prevenção do desmatamento ilegal.
- Direitos Humanos: O respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva da soja, incluindo questões como trabalho escravo, trabalho infantil e conflitos por terra.

Esses temas foram selecionados com base em uma análise inicial de dados secundários e na literatura sobre a cadeia da soja, buscando abranger os aspectos mais relevantes e controversos da produção de soja na região do Tapajós. A análise dos relatórios de responsabilidade social corporativa e as entrevistas com atores sociais-chave permitiram aprofundar a compreensão sobre esses temas e avaliar criticamente as estratégias de sustentabilidade adotadas pelas empresas.

5.2.2 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS CORPORATIVOS

O levantamento dos relatórios de RSC das empresas atuantes na região do Tapajós foi realizado por meio de seus websites e outras fontes públicas. Dentre as empresas identificadas, a Cargill foi selecionada como objeto de estudo devido à sua posição como principal empresa transnacional e multinacional no setor da soja na região, além de sua influência na cadeia produtiva e nas políticas públicas relacionadas à produção de soja.

A análise dos relatórios de RSC da Cargill foi realizada a partir dos temas previamente selecionados, buscando identificar as estratégias e práticas de sustentabilidade adotadas pela empresa, bem como as informações divulgadas sobre seus impactos socioambientais na região. A análise de conteúdo dos relatórios permitiu identificar padrões, tendências e possíveis contradições entre o discurso da empresa e os dados secundários levantados anteriormente.

Para cada um dos temas selecionados e elencados acima, os relatórios foram examinados em busca de informações relevantes, como políticas, práticas, indicadores de desempenho e compromissos da empresa.

Os dados foram organizados por ano, permitindo uma análise longitudinal das ações e do discurso da Cargill ao longo do tempo. Essa abordagem permitiu identificar tendências, mudanças de postura e possíveis contradições entre o discurso da empresa e a realidade dos impactos socioambientais da produção de soja na região do Tapajós. Os anos selecionados foram: 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019, 2020, 2021 e 2022. Os relatórios nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2018 não foram encontrados.

A análise dos relatórios foi complementada por entrevistas com atores sociais-chave, cuja metodologia encontra-se descrita abaixo.

A combinação da análise de conteúdo dos relatórios com as entrevistas permitiu uma avaliação crítica e abrangente das práticas da empresa, identificando possíveis lacunas, contradições e desafios na implementação de uma produção de soja verdadeiramente sustentável na região do Tapajós.

5.2.3 Realização de Entrevistas com Atores Sociais-Chave

Para complementar a análise dos relatórios de RSC, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores sociais-chave envolvidos na cadeia produtiva da soja na região do Tapajós.

Os roteiros de entrevistas foram elaborados com base nos temas selecionados na análise dos dados secundários, buscando aprofundar a compreensão sobre os impactos socioambientais da produção de soja na região, as percepções dos diferentes atores sobre as estratégias de sustentabilidade adotadas pelas empresas e as possíveis lacunas e contradições entre o discurso oficial e a realidade no campo.

Originalmente foram selecionados 11 atores-sociais para a realização das entrevistas, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Relação dos atores-sociais e respectivas atribuições, selecionados para aplicação do questionário semiestruturado.

INSTITUIÇÃO	CARGO
ANEC	Inteligência de Mercado e Sustentabilidade
BUNGE	Gerente de sustentabilidade
AMAGGI	Assessoria de comunicação
CARGILL	Gerente de sustentabilidade
ABIOVE	Gerente de sustentabilidade
APROSOJA	Gerente de sustentabilidade
TNC	Analista ambiental participa da RTRS
ICV	Analista ambiental
WWF	Analista ambiental participa da RTRS
GREEN PEACE	Analista ambiental
Protocolo de grãos - MPF-PA	Promotor de Justiça
SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará)	Diretoria de licenciamento ambiental, Diretoria agrossilvipastoril e a Diretoria de bioeconomia, mudanças climáticas e serviços ambientais

Cada um dos atores selecionados receberam uma carta convite via e-mail apresentando o projeto EPICC e convidando-os(as) para participação na entrevista. Na ausência de resposta os e-mails foram reencaminhados e após duas tentativas, foram realizados contatos telefônicos. Os atores sociais que aceitaram participar da entrevista receberam um documento padrão da Universidade da Antuérpia, assinado pelo coordenador do Projeto onde era apresentada a pesquisa de mestrado dentro do contexto do Projeto EPICC (Anexo 1) e assinavam um formulário de consentimento de pesquisa para participantes de pesquisa de estudos de ciências sociais e humanidades (Anexo 2).

As entrevistas foram gravadas e transcritas, e os dados foram analisados por meio de técnicas qualitativas, como a análise de discurso e a análise temática. Essa etapa da pesquisa permitiu confrontar os dados dos relatórios de RSC com as perspectivas

e experiências dos atores sociais, enriquecendo a análise e proporcionando uma visão mais completa e crítica da problemática em questão. Os resultados são apresentados para cada um dos temas.

Foram elaborados 02 questionários (Anexo 3) para realização das entrevistas.

Os contatos eram feitos via e-mail, os questionários eram enviados em anexo nos e-mails para que os potenciais entrevistados pudessem entender o teor das perguntas e se preparem para as respostas.

6. RESULTADOS

6.1 Relatórios de Responsabilidade Socioambiental Corporativa

Os relatórios de responsabilidade socioambiental corporativa da Cargill, publicados anualmente (com exceção de 2011, 2012, 2013 e 2018), abrangem suas operações em todo o Brasil e não apenas na região do Tapajós. A análise desses relatórios, compreendendo o período de 2005 a 2019, revelou um crescente detalhamento e foco nos temas de sustentabilidade, rastreabilidade, moratória da soja, desmatamento e direitos humanos.

Sustentabilidade: A Cargill estabeleceu metas globais de sustentabilidade, como o aumento do uso de energias renováveis, melhoria da eficiência energética, redução do consumo de água e diminuição das emissões de gases de efeito estufa. A empresa investiu em projetos para alcançar essas metas, como a utilização de biomassa para geração de energia, otimização de processos industriais e programas de reciclagem. Além disso, a Cargill implementou programas de responsabilidade social corporativa, como o Seara Vida, que engloba ações sociais e ambientais.

Rastreabilidade: Embora os primeiros relatórios não abordassem a rastreabilidade de forma explícita, a empresa demonstrou crescente preocupação com a origem de suas matérias-primas, exigindo que os fornecedores cumprissem políticas

socioambientais e implementando programas de certificação, como o Programa 3S e a certificação UTZ. A partir de 2019, a Cargill passou a divulgar informações mais detalhadas sobre seus sistemas de rastreabilidade, incluindo o uso de mapeamento por polígonos e rastreamento por satélite.

Moratória da Soja: A Cargill tornou-se signatária da Moratória da Soja em 2006, comprometendo-se a não adquirir soja de áreas desmatadas na Amazônia. A empresa participou ativamente da Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS) e implementou o programa Soja Mais Sustentável, em parceria com a The Nature Conservancy, para promover a produção responsável de soja na região.

Desmatamento: A Cargill demonstrou nos relatórios crescente preocupação com o desmatamento, investindo em reflorestamento, participando da Moratória da Soja e lançando sua Política para Florestas em 2015. A empresa também implementou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em suas propriedades e participou do Protocolo Verde de Grãos (estado do Pará), buscando garantir a origem legal da soja e evitar o desmatamento ilegal.

Direitos Humanos: A Cargill abordou a questão dos direitos humanos em seus relatórios, enfatizando o respeito e a valorização das diferenças entre seus funcionários. A empresa implementou o projeto Integrar, voltado para a inclusão de pessoas com deficiência, e participou de programas como o Na Mão Certa e o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. A empresa também passou a exigir que seus fornecedores cumprissem políticas socioambientais, incluindo a proibição do trabalho infantil e escravo.

Em resumo, a análise dos relatórios de responsabilidade socioambiental corporativa da Cargill revelou uma crescente preocupação da empresa com a sustentabilidade, rastreabilidade, moratória da soja, desmatamento e direitos humanos. No entanto, a análise também identificou algumas lacunas e contradições entre o discurso da empresa e os dados secundários levantados, especialmente em relação à rastreabilidade e aos impactos socioambientais da produção de soja na região do

Tapajós. Essas questões foram aprofundadas nas entrevistas com os atores sociais-chave e na discussão dos resultados.

6.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Das 12 instituições contatadas foi possível entrevistar apenas 6 (Quadro 2). Todas as entrevistas foram feitas por meio do *googlemeet* e tiveram em média 1 hora de duração.

Quadro 2: Instituições e representantes entrevistados, respectivos cargos, data da entrevista, horário e observações.

INSTITUIÇÃO	Cargo/Função	Data da entrevista	Nome	OBS
MPF	Procurador da república	20/09/2023	Ricardo Negrini	
ABIOVE	Diretor e especialista em sustentabilidade	30/05/2023	Bernardo Pires e Pedro Garcia	
ANEC	Diretor geral	19/06/2023	Sergio Mendes	Resposta por escrito
Greenpeace	Gestora ambiental da Campanha de Florestas do Greenpeace Brasil	22/06/2023	Cristiane Mazzetti	
ICV	Gestora ambiental	31/05/2023	Ana Paula Valdiones	
TNC	Coordenador de Soja Sustentável	12/06/2023	Thiago Masson	
Cargill	Gerente de Sustentabilidade Cargill - São Paulo		Tainah Villela	Não houve resposta
Amaggi	Diretora de ESG		Juliana Lopes	Indisponível para entrevista
WWF	Global Soy Lead	06/06/2023	Guillaume Tessier	Ficou de enviar a resposta por email, mas nunca o fez.
SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente e		05/07/2023	Bruna Rodrigues, Renata Nobre, Adriana do Socorro	Não houve resposta

Sustentabilidade do Pará)			Gomes de Melo.	
BUNGE	Gerente de sustentabilidade	17/05/2023	Fernanda Vendramel	Não houve resposta
APROSOJA	Gerente de sustentabilidade	02/05/2023	Marlene Lima	Não houve resposta

Nenhuma das 3 corporações contatadas se dispôs a participar das entrevistas assim como a APROSOJA. A AMAGGI respondeu por e-mail, mas não se dispôs a participar das entrevistas, as demais não responderam aos e-mails. Houve um esforço para entrevistar algum representante da SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará), no entanto, não houve nenhuma resposta em todas as tentativas via e-mail. A busca por um representante da SEMAS foi realizada no website da instituição e foram enviados e-mails para 3 diretorias, a saber: Diretoria de licenciamento ambiental, diretoria agrossilvopastoril e a diretoria de bioeconomia, mudanças climáticas e serviços ambientais, mas não foram obtidas quaisquer respostas.

A ANEC não participou da entrevista online e enviou o questionário já respondido por e-mail, o que dificultou as análises das respostas.

Os resultados das entrevistas são apresentados abaixo considerando os principais temas abordados.

SUSTENTABILIDADE

a) ABIOVE

Ao longo da entrevista, os participantes destacaram algumas iniciativas e programas conduzidos pela ABIOVE em colaboração com outras entidades, e pontuaram a preocupação da instituição com práticas sustentáveis na produção de soja no Brasil. Um ponto crucial mencionado pelos entrevistados foi a necessidade de atender às exigências do mercado europeu, que valoriza cada vez mais produtos provenientes de cadeias produtivas ambientalmente responsáveis.

Para os entrevistados, os programas de boas práticas setoriais são muito importantes, especialmente devido à significativa exportação de produtos do complexo soja para a Europa, incluindo farelo e óleo. Segundo o depoimento, há uma preocupação da ABIOVE em garantir que esses produtos atendam aos padrões de sustentabilidade, uma vez que uma parcela substancial do farelo de soja brasileira é destinada ao continente europeu.

A Moratória da Soja na Amazônia foi apontada como o principal instrumento de sustentabilidade desta cadeia produtiva. Eles destacaram que a Moratória completou 17 anos de desmatamento zero, e foi reconhecida internacionalmente como um exemplo de governança ambiental privada e pública. A eficácia desse pacto foi ressaltada pelos entrevistados especialmente em comparação com outras iniciativas globais semelhantes. Além disso, foram mencionados outros protocolos, como o Protocolo Verde de Grãos do Pará, que segundo os entrevistados contribui para a preservação ambiental e a proteção dos direitos humanos na cadeia de produção de grãos.

Os entrevistados também destacaram seus programas de assistência técnica privada, como o Águia Lúpex, que visa aprimorar as práticas agrícolas sustentáveis entre os produtores. Outras iniciativas que também foram mencionadas foram a gestão de resíduos, como a reciclagem de óleo de cozinha, e os programas de logística reversa para embalagens, o que segundo os entrevistados demonstra um compromisso abrangente com a sustentabilidade em toda a cadeia de valor.

Os respondentes enfatizaram a importância da transparência e da cooperação entre as empresas associadas, compartilhando critérios socioambientais e procedimentos para garantir a conformidade com os padrões estabelecidos. Para eles, essa colaboração permite uma gestão mais eficaz da informação e uma origem mais responsável dos produtos, de forma a atender às demandas do mercado e fortalecer a credibilidade da cadeia de produção de soja brasileira em níveis nacional e internacional.

b) ANEC

Segundo as respostas do questionário enviado pela ANEC, a instituição atua desde 2006 para garantir que sua cadeia seja a mais sustentável. O principal mecanismo para essa atuação é a Moratória da Soja, que estabelece que os associados da ANEC não comercializem soja produzida em áreas desmatadas ilegalmente dentro do bioma amazônico após 2008. Segundo o respondente, desde 2008, o número de hectares destinados à produção de soja continua aumentando, mas apenas uma quantidade muito pequena desses novos hectares foi aberta em áreas de não conformidade.

Foi enfatizada a importância da agenda 2030 em enfrentar desafios globais, como a segurança alimentar, em meio a um aumento populacional significativo. Também foi ressaltada a necessidade de conciliar o crescimento da produção agrícola com a preservação ambiental e o respeito aos direitos humanos, incluindo a redução das desigualdades sociais. O respondente também destacou iniciativas como a Moratória da Soja e o Protocolo Verde de Grãos como exemplos de esforços inovadores na luta contra a crise climática.

No segundo trecho, foi mencionada a dualidade de oportunidades e desafios associados ao crescimento populacional e à crise climática para a indústria da soja no Brasil. Sob a perspectiva da sustentabilidade, foram identificados desafios como mudanças climáticas, regulamentações comerciais, questões econômicas e conflitos geopolíticos, todos impactando a produção e exportação de soja. Destacou-se a importância de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como o potencial das inovações tecnológicas para promover práticas agrícolas mais sustentáveis.

A ANEC também destacou como uma ação de sustentabilidade o fato deles auxiliarem os produtores rurais, processadores e grandes *traders* na promoção de práticas sustentáveis. A principal forma de apoio mencionado foi o esclarecimento de dúvidas quanto à Moratória da Soja e o Protocolo Verde dos Grãos. Segundo o respondente, muitas empresas e organizações enviam perguntas sobre o funcionamento dessas iniciativas para adequar-se às regulamentações e tornar-se signatárias com alto índice de conformidade e a ANEC informa seus associados.

Ainda no que tange à sustentabilidade, também foi destacado no questionário, que a ANEC participa de eventos nacionais e internacionais que discutem a questão da sustentabilidade. Outra ação de sustentabilidade elencada foi a parceria que a ANEC realiza com a ABIOVE para a produção de materiais didáticos que visam facilitar o compartilhamento de práticas sustentáveis dentro do setor do agronegócio brasileiro.

Segundo os entrevistados, a Moratória da Soja é a principal iniciativa da cadeia de soja para promover uma produção sustentável no Brasil. A ANEC também destacou no questionário, que o Protocolo Verde de Grãos do Estado do Pará também consiste em uma ferramenta de sustentabilidade do setor que funciona com uma governança público-privada e destacaram sua importância no quesito direitos humanos.

c) Greenpeace

Na entrevista com o Greenpeace, a entrevistada destacou a importância de se estabelecer compromissos setoriais para o Cerrado, semelhantes à Moratória da Soja, devido à significativa perda de sua cobertura original e à conversão de vegetação nativa, especialmente na região do Matopiba.

Outro aspecto importante destacado pela entrevistada no que se refere à sustentabilidade da cadeia foi a importância de avançar na rastreabilidade completa dos grãos, garantindo que todas as etapas da cadeia de suprimentos sejam monitoradas para evitar o fornecimento indireto de soja de áreas desmatadas. Para a entrevistada, essa medida está alinhada com requisitos legais, como os da União Europeia, e demonstra um compromisso com a transparência e a responsabilidade na produção de soja.

A entrevistada levantou os riscos de *greenwashing*, onde algumas empresas fazem promessas de sustentabilidade, mas não cumprem completamente esses compromissos. Para a entrevistada “a sociedade civil está atenta a essas inconsistências e pressiona por maior responsabilidade e cumprimento de metas relacionadas ao desmatamento zero e outras práticas sustentáveis”.

Por fim, foi mencionado que a sustentabilidade vai além do simples desmatamento e envolve práticas produtivas mais diversificadas. Sistemas agroflorestais e agricultura regenerativa do solo foram citados pela entrevistada como exemplos de agricultura sustentável, destacando a importância de métodos de produção que promovam a conservação ambiental.

Esses pontos destacam a complexidade da questão da sustentabilidade na produção de soja e a necessidade de abordagens abrangentes que considerem não apenas o desmatamento, mas também outras práticas agrícolas e compromissos setoriais.

d) ICV

Nessa entrevista, vários pontos relacionados à sustentabilidade foram abordados. A entrevistada demonstrou uma preocupação expressa em relação à necessidade de alcançar metas de redução do desmatamento, tanto legal quanto ilegal. Para o ICV, o Mato Grosso é considerado como um exemplo, onde medidas de fiscalização foram implementadas, como sistemas de alerta de desmatamento e intensificação das ações de fiscalização, embargos e multas. No entanto, apesar dessas medidas, para a entrevistada do ICV, as taxas de desmatamento continuam altas, o que indica a necessidade de abordagens complementares.

Um ponto crítico levantado pela entrevistada é a falta de transparência e rastreabilidade nas cadeias de produção, especialmente no setor pecuário. Os acordos existentes são questionados quanto à sua eficácia, pois não proporcionam uma forma clara para os consumidores identificarem se os produtos estão associados ao desmatamento. Na entrevista foi enfatizada a importância de os acordos incluírem mecanismos robustos de prestação de contas, para evitar práticas de *greenwashing* e garantir a eficácia das medidas de sustentabilidade.

Para a entrevistada, é fundamental o envolvimento do setor privado “acredita-se que o mercado pode ter um impacto mais rápido no comportamento dos desmatadores, por meio do fechamento do mercado para áreas desmatadas ilegalmente. Isso sugere a importância de acordos de cadeia que possam influenciar as práticas do

setor privado, além das ações de comando e controle do governo”. Além do engajamento do setor privado, ela enfatizou a necessidade de envolvimento de outros órgãos públicos e da sociedade em geral. A entrevistada ressaltou a importância de uma abordagem integrada, que combine ações de fiscalização e controle governamentais com iniciativas do setor privado e participação da sociedade civil. Essa abordagem holística, para ela, é fundamental para enfrentar a complexidade do problema do desmatamento e garantir resultados significativos no longo prazo.

Ao longo da entrevista também foi salientada a necessidade de compromissos mais concretos e imediatos por parte do setor privado e do governo. A entrevistada expressou uma preocupação com a lentidão e a falta de eficácia de alguns acordos existentes, destacando a importância de garantir que esses acordos não sejam apenas simbólicos, mas sim efetivos na promoção de práticas sustentáveis.

A entrevistada destacou a importância da transparência e da prestação de contas como elementos essenciais para garantir a eficácia das medidas de sustentabilidade. A falta de rastreabilidade nas cadeias de produção, especialmente no setor pecuário, foi apontada como uma lacuna significativa que compromete a capacidade dos consumidores de fazer escolhas conscientes e sustentáveis.

Por fim, a entrevistada também pontuou a importância de se criar zonas livres de soja, de forma a garantir a sustentabilidade da produção da agricultura familiar agroecológica, atualmente fortemente pressionada pela expansão da produção dessa commodity no Mato Grosso.

e) TNC

Inicialmente, o entrevistado mencionou a importância da Moratória da Soja como uma articulação entre a sociedade civil e o setor privado para evitar a expansão da soja em áreas florestais da Amazônia, ressaltando que esse mecanismo precisa ser revisado e aprimorado, especialmente para abranger áreas não florestais. Ao longo da entrevista foi destacada sua preocupação com o avanço da soja em áreas não florestais da Amazônia e a necessidade de desenvolver mecanismos para controlar

essa expansão, considerando não apenas questões ambientais, mas também sociais.

O entrevistado também mencionou a regulamentação da União Europeia para reduzir a importação de produtos agrícolas associados ao desmatamento, destacando a importância desse tipo de iniciativa para influenciar outros mercados e promover uma abordagem mais sustentável na produção agrícola.

Outro ponto relevante mencionado foi a necessidade da adoção de compromissos públicos para eliminar o desmatamento, bem como a importância da transparência e do monitoramento para garantir o cumprimento desses compromissos.

Foram mencionadas iniciativas de sustentabilidade implementadas por empresas na cadeia de soja, como parcerias com produtores rurais e projetos de monitoramento da rastreabilidade e redução de emissões de gases de efeito estufa.

É importante destacar que o entrevistado ressaltou a necessidade de uma abordagem holística e integrada para lidar com os desafios de sustentabilidade na produção de soja. Isso incluiu não apenas medidas específicas de conservação ambiental, como a Moratória da Soja, mas também a consideração de questões sociais e econômicas, como a situação dos pequenos produtores na região amazônica.

Outro ponto relevante abordado pelo entrevistado foi a necessidade de políticas públicas eficazes e ações coordenadas entre diferentes atores, incluindo empresas, governo e sociedade civil, para promover a conservação dos ecossistemas e garantir a implementação efetiva de compromissos de sustentabilidade, como a redução do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa.

O entrevistado enfatizou a importância de iniciativas específicas implementadas por empresas na cadeia de produção de soja, como parcerias com produtores rurais e projetos de monitoramento da rastreabilidade, como formas de promover práticas mais sustentáveis dentro do setor. Ressaltou ainda a relevância das iniciativas de sustentabilidade na cadeia de produção de soja como exemplo de boas práticas que

puderam ser replicadas e expandidas para outras commodities agrícolas. Essas iniciativas não apenas demonstraram o compromisso das empresas em adotar práticas mais sustentáveis, mas também incentivaram a inovação e o desenvolvimento de soluções criativas para os desafios ambientais e sociais enfrentados pela indústria agrícola.

Na entrevista, também foi salientada a importância de uma abordagem baseada em evidências científicas para orientar as políticas e ações relacionadas à sustentabilidade na produção de soja. Isso incluiu a necessidade de monitoramento e verificação rigorosos dos compromissos assumidos pelas empresas, bem como o acesso ao controle social para garantir a transparência e a prestação de contas.

A importância do engajamento de múltiplos atores, incluindo governos, organizações não governamentais, comunidades locais e consumidores, também foi apontada como essencial para promoção de práticas sustentáveis na produção de soja. A colaboração entre esses diferentes grupos é vista pela instituição como essencial para criar um ambiente propício à implementação de políticas eficazes e à adoção de práticas sustentáveis em toda a cadeia de valor da soja.

Além disso, para o entrevistado, foi crucial reconhecer a interconexão entre a produção de soja e outros desafios globais, como a segurança alimentar, a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. Considerar essas questões de forma integrada exige uma abordagem sistêmica que leve em consideração não apenas os impactos ambientais da produção de soja, mas também suas ramificações sociais e econômicas em nível local, nacional e global.

Por fim, o entrevistado destacou a necessidade de um compromisso contínuo com a sustentabilidade de todas as partes interessadas envolvidas na produção de soja, com ênfase na inovação, na educação e na conscientização para promover uma transição para um modelo agrícola mais sustentável e resiliente no longo prazo. Essa abordagem holística e de longo prazo foi destacada como essencial para garantir a viabilidade ambiental, social e econômica da produção de soja no futuro.

Rastreabilidade

a) MPF

Primeiramente, foi ressaltada a dificuldade em garantir a rastreabilidade dos grãos de soja devido a práticas de ocultação de informações por parte das empresas, como contratos de gaveta e cédulas de crédito rural. Essa falta de transparência compromete a capacidade de verificar a verdadeira origem dos produtos.

O entrevistado indicou que mesmo quando há documentos disponíveis, como notas fiscais, estes podem não fornecer informações precisas sobre a origem dos grãos, especialmente quando as empresas atuam em múltiplas fazendas ou realizam transações com fornecedores indiretos.

O entrevistado também destacou a importância de auditorias independentes para verificar o cumprimento de compromissos e a eficácia de programas como a moratória da soja. No entanto, mencionou que essas auditorias podem não ser suficientes para garantir a conformidade, devido às limitações na rastreabilidade dos produtos.

A falta de controle efetivo sobre a rastreabilidade dos grãos de soja também está evidente na discussão sobre o impacto das atividades agrícolas em terras indígenas e a dificuldade em identificar responsabilidades nessas situações, segundo o entrevistado.

Além disso, foram levantadas preocupações sobre como a União Europeia pode obter dados precisos sobre a origem dos produtos, dada a complexidade da cadeia de produção e as limitações existentes nos sistemas de rastreamento.

O entrevistado abordou a necessidade de melhorar as ferramentas de rastreabilidade, como a implementação obrigatória do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina (Sisbov) e a busca por mecanismos mais eficazes de monitoramento da produção agrícola, incluindo aprimoramentos no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esses pontos foram destacados como os principais desafios e lacunas na garantia da rastreabilidade na cadeia de produção

de soja, enfatizando a importância de medidas mais rigorosas e transparentes para promover a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental no setor agrícola.

Outro ponto relevante abordado na entrevista foi a discussão sobre a utilização do CAR como uma ferramenta para identificar possíveis responsáveis por problemas ambientais na cadeia produtiva de soja. Apesar de ter reconhecido sua utilidade como uma fonte de informação inicial, o entrevistado ressaltou que o CAR por si só não foi suficiente e precisa ser validado por meio do cumprimento das regras ambientais, com o Plano de Regularização Ambiental (PRA), de forma a garantir que as propriedades estejam em conformidade com a legislação ambiental.

Foi mencionado ainda que o CAR pode ser útil para identificar possíveis responsáveis por problemas ambientais, mas não é uma solução definitiva. Sua utilidade depende do contexto e da finalidade específica para a qual está sendo utilizado, como na identificação de responsáveis por desmatamento ilegal ou outras infrações ambientais.

A discussão sobre o papel do CAR destacou a importância de considerar múltiplas fontes de informação e de validar as informações fornecidas pelo cadastro por meio de mecanismos adicionais de verificação e cumprimento das regras ambientais, a fim de garantir uma gestão sustentável e responsável da produção de soja.

Outro aspecto importante abordado na entrevista foi a necessidade de avançar nas ferramentas de verificação do cumprimento dos acordos e compromissos na cadeia de produção de soja. O entrevistado destacou que simplesmente assumir compromissos e apresentar relatórios não foi suficiente para garantir a eficácia desses acordos. Em vez disso, foi fundamental implementar mecanismos robustos de verificação, como auditorias independentes, que não dependem apenas das informações fornecidas pelas próprias empresas auditadas.

Essas auditorias tiveram que ser capazes de avaliar diretamente a rastreabilidade dos grãos de soja, garantindo que as informações sobre sua origem fossem precisas e confiáveis. Somente através de mecanismos de verificação mais rigorosos e independentes foi possível obter resultados consistentes e reveladores sobre a

conformidade das empresas com os compromissos assumidos na cadeia de produção de soja.

Portanto, a necessidade de avançar nas ferramentas de verificação destaca a importância de garantir uma abordagem transparente, responsável e sustentável na produção de soja, promovendo a confiança e a credibilidade em toda a cadeia de suprimentos.

Outro ponto relevante abordado na entrevista foi a questão da rastreabilidade individual do gado como um exemplo de como a rastreabilidade na cadeia de produção pôde ser mais eficazmente implementada. O entrevistado mencionou o uso de microchips colocados nos bois, permitindo o mapeamento completo do animal desde o nascimento até o abate. Esse sistema ofereceu uma abordagem mais direta e precisa para garantir a rastreabilidade na pecuária, em contraste com os desafios enfrentados na rastreabilidade dos grãos de soja.

Outro aspecto importante mencionado na entrevista foi a necessidade de acesso a ferramentas eficazes de controle e rastreabilidade por parte de entidades reguladoras, como a União Europeia. O entrevistado destacou que, para garantir a procedência e a conformidade dos produtos agrícolas, foi essencial que essas entidades tivessem acesso a documentos e sistemas que permitissem rastrear a origem e o percurso dos produtos, desde a produção até o ponto de venda.

No entanto, o entrevistado também apontou as dificuldades práticas e os desafios técnicos associados a essa questão, especialmente no caso da soja, onde a cadeia de produção é complexa e envolve múltiplos atores e transações. Portanto, a discussão sobre o acesso a ferramentas de controle e rastreabilidade destacou a importância de colaboração entre governos, empresas e outras partes interessadas para desenvolver soluções eficazes que garantam a transparência e a conformidade em toda a cadeia de produção de soja.

b) ABIOVE

A entrevista forneceu informações importantes sobre a rastreabilidade na cadeia de produção da soja. Primeiramente, foi ressaltado que o desafio primordial reside na garantia da rastreabilidade completa, desde a origem até o ponto de exportação. Embora a Moratória tenha representado um marco reconhecido internacionalmente, ela não abarcou toda a extensão da cadeia, exigindo esforços adicionais para assegurar a segregação e o monitoramento efetivo. Nesse contexto, cada empresa teve a responsabilidade de garantir a rastreabilidade e realizar auditorias internas para cumprir os requisitos estabelecidos.

No que tange às ferramentas e tecnologias empregadas, os entrevistados destacaram a utilização de empresas especializadas em geomonitoramento, responsáveis por mapear áreas de ou a tomada de decisões das empresas signatárias da moratória. Ademais, foi enfatizado que a rastreabilidade não é apenas uma questão de cumprimento de normativas, mas também de controle integral sobre a origem e trajetória do produto, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade da produção. Dessa forma, a implementação eficaz de sistemas de monitoramento e a colaboração entre entidades públicas e privadas mostraram-se essenciais para alcançar os objetivos de rastreabilidade na cadeia de produção de soja. Foi ressaltada pelos entrevistados a complexidade da operacionalização da rastreabilidade na prática. No caso da Moratória da Soja, a rastreabilidade envolveu uma série de processos e sistemas de verificação, incluindo o monitoramento por meio de imagens de satélite, programas governamentais de monitoramento de desmatamento, além do papel das próprias empresas na verificação no campo. Essa abordagem multifacetada, segundo os entrevistados, refletiu a necessidade de uma abordagem holística e colaborativa para garantir a efetividade da rastreabilidade. Para eles, não se trata apenas de tecnologia ou regulamentação, mas também da integração de esforços entre diferentes atores da cadeia produtiva, governos, organizações não governamentais e empresas, para assegurar a transparência e responsabilidade em todas as etapas do processo de produção de soja.

Segundo os entrevistados da ABIOVE, a implementação bem-sucedida da rastreabilidade na cadeia de produção de soja exigiu uma abordagem abrangente

que levou em consideração não apenas os aspectos técnicos, mas também os aspectos sociais, econômicos e ambientais envolvidos. O enfoque integrado foi destacado como “fundamental para promover uma produção sustentável e responsável, atendendo às demandas do mercado global e contribuindo para a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente”. Segundo os entrevistados, as empresas têm a responsabilidade de garantir a veracidade das informações sobre a origem e o manejo da soja, por meio de auditorias internas e sistemas de controle adequados. A confiabilidade dos dados é considerada como crucial para garantir a credibilidade dos sistemas de rastreabilidade e a conformidade com os requisitos legais e ambientais, tanto em nível nacional quanto internacional. Portanto, para os entrevistados, a integridade e a precisão das informações fornecidas pelas empresas são elementos essenciais para sustentar a eficácia e a legitimidade dos esforços de rastreabilidade na cadeia de produção de soja.

Além disso, foi destacado que a rastreabilidade não se restringe apenas à questão ambiental, mas também está intimamente ligada à responsabilidade social e ao respeito aos direitos humanos. A garantia de práticas éticas e sustentáveis ao longo da cadeia de suprimentos da soja foi mencionada como fundamental para promover o bem-estar das comunidades locais e para evitar violações de direitos trabalhistas e sociais. Dessa forma, para os entrevistados da ABIOVE, a rastreabilidade na cadeia de produção de soja não é apenas uma questão técnica ou regulatória, mas também uma questão de ética, transparência e responsabilidade corporativa. A integração desses aspectos em políticas e práticas empresariais contribui para uma produção de soja mais sustentável, ética e socialmente responsável, de acordo com suas declarações.

Outro ponto relevante destacado na entrevista foi a importância da colaboração entre diferentes atores da cadeia de produção de soja, bem como entre o setor privado e o setor público. Para a ABIOVE, a implementação da rastreabilidade exige uma abordagem colaborativa que envolva produtores, processadores, *traders*, organizações não governamentais, governos e outros *stakeholders* relevantes. Essa colaboração foi destacada como essencial para compartilhar informações,

desenvolver padrões e melhores práticas, promover a inovação tecnológica e enfrentar desafios complexos, como o monitoramento do desmatamento e a garantia da conformidade com as regulamentações ambientais. De acordo com os depoimentos, a cooperação entre diferentes atores pode contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia dos sistemas de rastreabilidade, reduzindo custos e minimizando redundâncias. Também foi ressaltada a importância da construção de parcerias e da cooperação *multi-stakeholder* como elementos fundamentais para o avanço da rastreabilidade na cadeia de produção de soja.

A abordagem colaborativa é vista pela ABIOVE como forma de superar obstáculos e promover uma produção de soja mais sustentável, transparente e responsável, em benefício de todas as partes interessadas envolvidas. Outro aspecto destacado foi a necessidade de educação e conscientização sobre a importância da rastreabilidade na cadeia de produção de soja. De acordo com os entrevistados, é essencial que todos os envolvidos na cadeia, desde os produtores até os consumidores finais, compreendam os benefícios da rastreabilidade em termos de transparência, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Para eles, a conscientização sobre a rastreabilidade pode ajudar a promover a adesão voluntária às iniciativas de monitoramento e controle, além de estimular a demanda por produtos sustentáveis e rastreáveis por parte dos consumidores. Isso, segundo seus argumentos, pode incentivar as empresas a investirem em sistemas de rastreabilidade mais robustos e abrangentes, impulsionando a adoção generalizada dessas práticas ao longo da cadeia de produção de soja. Programas educacionais e campanhas de conscientização foram mencionados como elementos cruciais na promoção da rastreabilidade e na construção de uma cultura de responsabilidade e transparência dentro da indústria da soja.

Ainda no que tange à rastreabilidade e a visão da ABIOVE, os entrevistados reforçaram a necessidade de garantir a continuidade e aprimoramento dos sistemas de rastreabilidade ao longo do tempo. Para os entrevistados, a evolução tecnológica, as mudanças nas regulamentações e as demandas do mercado exigem atualizações e melhorias nos sistemas de monitoramento e controle da cadeia de produção de

soja. Segundo trechos de depoimento, “é fundamental que as empresas e os órgãos reguladores permaneçam engajados no desenvolvimento e na implementação de soluções inovadoras para aprimorar a rastreabilidade. Isso pode incluir investimentos em novas tecnologias, como *blockchain* e inteligência artificial, para garantir uma rastreabilidade ainda mais precisa e abrangente”. Além disso, os entrevistados também destacaram que é importante que os sistemas de rastreabilidade sejam flexíveis e adaptáveis o suficiente para se ajustarem a novos desafios e requisitos à medida que surgem. Por fim, enfatizaram que “a busca pela excelência na rastreabilidade deve ser vista como um processo contínuo de aprimoramento e inovação, visando garantir a sustentabilidade, a transparência e a responsabilidade em toda a cadeia de produção de soja”.

c) Greenpeace

No primeiro trecho da entrevista, a entrevistada destacou a importância da moratória da soja como um avanço significativo na rastreabilidade das commodities agrícolas. Ela mencionou que a metodologia utilizada para monitorar a soja evoluiu ao longo do tempo, passando de sobrevoos para identificação de áreas para uma abordagem baseada em imagens de satélite, o que reduziu os custos dessa operação. A integração dessas imagens com outros dados, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Incra, permitiu a geração de uma lista nominal de propriedades, o que facilitou o monitoramento, segundo seu depoimento. No entanto, foi enfatizado que ainda há desafios a superar, como a falta de acesso a dados em algumas regiões, como o Maranhão, Rondônia e Roraima, o que dificulta a identificação de produtores nessas áreas.

A entrevistada mencionou que as empresas que fizeram parte da moratória da soja foram submetidas a auditorias anuais de terceira parte para garantir o cumprimento dos compromissos, e que esses relatórios foram avaliados pelo grupo de trabalho da soja. Ela reconheceu que o compromisso de desmatamento zero da moratória da soja tenha sido relativamente bem-sucedido, mas destacou a necessidade contínua de melhorias em áreas como monitoramento, bloqueio, transparência e outros

critérios para garantir que a soja produzida estivesse em conformidade com os padrões estabelecidos.

Para a entrevistada, é preciso enfatizar a importância do monitoramento contínuo e da transparência em toda a cadeia de produção de soja. Foi mencionado que sempre houve espaço para aprimoramentos no processo de auditoria e que é essencial garantir que a soja produzida não tenha contribuído para o desmatamento ilegal ou outras práticas prejudiciais ao meio ambiente e à sociedade. A implementação efetiva de medidas de rastreabilidade pode contribuir não apenas para a sustentabilidade ambiental, mas também para a responsabilidade social e a conformidade com regulamentações e compromissos internacionais, segundo a entrevistada.

Outro ponto relevante destacado na entrevista foi a necessidade de colaboração entre diferentes partes interessadas, incluindo empresas, organizações governamentais, ONGs e comunidades locais, para fortalecer os sistemas de rastreabilidade na cadeia de produção de soja. Para ela, essa cooperação foi essencial para garantir a eficácia das medidas de monitoramento e para abordar desafios como a falta de acesso a dados em determinadas regiões.

Além disso, a educação e a conscientização sobre a importância da rastreabilidade e da produção sustentável de soja foram mencionadas como fundamentais para promover mudanças positivas e garantir o compromisso de longo prazo com práticas responsáveis na indústria agrícola.

d) ICV

A entrevistada destacou uma série de considerações cruciais relacionadas à rastreabilidade na cadeia de produção de soja. Primeiramente, destacou o papel de organizações como Greenpeace, WWF, TNC e IPAM, que exercem influência significativa nas negociações da moratória da soja, indicando uma rede de atores interessados no controle do desmatamento. No entanto, foram apontadas limitações nesse acordo, especialmente em relação à sua abrangência geográfica e à inclusão

do cerrado, sugerindo a necessidade de aprimoramentos, sobretudo em termos de transparência.

A transparência emergiu como uma preocupação central na entrevista, com referência à divulgação das propriedades bloqueadas e à disponibilidade de dados abertos sobre auditorias e inconformidades. Essa falta de transparência sugere, segundo a entrevistada, a necessidade de maior acessibilidade a informações relevantes para garantir a eficácia das medidas de controle e rastreabilidade na cadeia de produção de soja.

Além disso, foi realçada durante a entrevista a importância da colaboração entre governança privada e pública no monitoramento ambiental, especialmente no contexto do cultivo de grãos. A negociação com o setor privado foi reconhecida como crucial para a implementação eficaz de sistemas de rastreabilidade e controle de origem. O engajamento dos atores privados foi visto como determinante para o sucesso dessas iniciativas, influenciando diretamente a capacidade de resposta ao desmatamento e outras questões ambientais.

Para a entrevistada do ICV, há uma enorme complexidade e interdependência de diferentes atores e sistemas na promoção da rastreabilidade na cadeia de produção de soja, e ainda há áreas que necessitaram de aprimoramento, como transparência e colaboração entre os setores público e privado. Essas considerações foram consideradas como cruciais pela entrevistada para informar políticas e práticas que visam garantir a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental na produção de soja.

Além dos pontos já mencionados, a entrevistada salientou a necessidade de engajamento contínuo dos atores privados para determinar o rigor e a eficácia dos sistemas de rastreabilidade. Isso implica que a implementação bem-sucedida desses sistemas depende não apenas de regulamentações governamentais, mas também do comprometimento e da participação ativa das empresas envolvidas na cadeia de produção de soja.

Nessa perspectiva, a entrevistada ressaltou a importância da negociação e colaboração entre setores público e privado não apenas como um meio de garantir o cumprimento das regulamentações, mas também como uma maneira de impulsionar a ambição e o impacto das iniciativas de rastreabilidade. Portanto, além de políticas e regulamentações robustas, para a entrevistada é essencial promover uma cultura de responsabilidade compartilhada e compromisso com a sustentabilidade em toda a cadeia de produção de soja.

Foi ainda enfatizado que a eficácia dos sistemas de rastreabilidade depende não apenas de mecanismos técnicos, mas também de um ambiente colaborativo e engajado entre os diversos atores envolvidos.

Um ponto de relevância foi a menção à necessidade de abordar não apenas o desmatamento, mas também outras questões ambientais, como a invasão de terras indígenas. Para a entrevistada, isso resalta a importância de considerar uma gama mais ampla de critérios ambientais e sociais ao desenvolver e implementar sistemas de rastreabilidade na cadeia de produção de soja.

Por fim, nos depoimentos, a entrevistada afirmou que ao se abordar essas questões de forma holística, os sistemas de rastreabilidade podem não apenas ajudar a combater o desmatamento, mas também a promover práticas agrícolas mais sustentáveis e socialmente responsáveis em toda a cadeia de valor da soja. Essa visão reforça a necessidade de uma abordagem integrada e abrangente para garantir a eficácia e a legitimidade dos esforços de rastreabilidade na indústria da soja.

e) TNC

Sobre o tema da rastreabilidade, o entrevistado enfatizou que a participação do governo é fundamental para garantir transparência, acesso a informações sensíveis e controle efetivo sobre a expansão da soja, especialmente em áreas sensíveis como terras indígenas e unidades de conservação. Segundo ele, o governo também desempenha um papel crucial na formulação de políticas agrícolas que incentivam

práticas sustentáveis, como a associação de acesso a crédito com o cumprimento de normas ambientais.

A necessidade de alinhamento entre as diversas partes interessadas na cadeia de produção de soja, incluindo governos, setor privado, organizações da sociedade civil e comunidades locais foi mencionado como essencial para êxito da rastreabilidade da cadeia. Para o entrevistado, sem uma colaboração eficaz e um compromisso conjunto com práticas sustentáveis, torna-se difícil alcançar os objetivos de rastreabilidade e redução do desmatamento na produção de soja. Segundo seu depoimento, é crucial promover o diálogo e a cooperação entre todas as partes interessadas para garantir que os esforços de rastreabilidade sejam eficazes e abordem os desafios enfrentados pela indústria da soja de forma abrangente e holística.

Para o entrevistado, o setor privado desempenha um papel central na originação e comercialização da soja, tornando-se essencial para garantir transparência e comprometimento com práticas sustentáveis. No entanto, segundo ele, há uma disparidade entre as empresas em termos de compromissos públicos e transparência, com algumas mantendo metas de eliminação do desmatamento e conversão para 2025, enquanto outras estenderam essas metas até 2030. Essa falta de alinhamento no setor privado pode minar os esforços de rastreabilidade e sustentabilidade na cadeia de produção de soja, conforme relatou o entrevistado.

Outro ponto importante frisado na entrevista foi a necessidade de transparência nos relatórios de sustentabilidade das empresas, indo além de simples afirmações sobre a originação sustentável da soja e fornecendo evidências concretas para validar essas alegações. Isso inclui a importância de monitorar e verificar não apenas os fornecedores diretos, mas também os indiretos, até o nível da fazenda, para evitar práticas como o "esquentamento" da soja.

O entrevistado também reforçou a importância do Protocolo Verde de Grãos do Estado do Pará, como uma iniciativa significativa para reduzir a expansão da soja e promover sustentáveis rastreabilidade. Na entrevista foi enfatizada a necessidade de

expandir esse modelo para outros estados, como o Maranhão e a Bahia, onde também há uma expansão significativa da produção de soja.

Outro aspecto importante destacado pelo entrevistado foi a necessidade de fortalecer os mecanismos de fiscalização e aplicação de normas. Mesmo com políticas e regulamentações em vigor, sua eficácia muitas vezes depende da capacidade de aplicação e fiscalização. De acordo com seu depoimento, é fundamental investir em recursos e capacitação para as agências governamentais responsáveis pela fiscalização ambiental e agrícola. Isso inclui a implementação de sistemas de monitoramento remoto, como imagens de satélite, para detectar e combater o desmatamento ilegal e garantir a origem do produto. Além disso, o entrevistado destacou como fundamental a necessidade de haver consequências claras e significativas para aqueles que violem as leis e regulamentos, a fim de dissuadir atividades ilegais e garantir o cumprimento das normas ambientais e sociais ao longo da cadeia de produção de soja.

Um último ponto relevante na entrevista foi a necessidade de engajamento e capacitação das comunidades locais que vivem nas áreas de produção de soja. Essas comunidades são muitas vezes as mais impactadas pelos efeitos negativos da expansão agrícola, como o desmatamento, a perda de biodiversidade e os conflitos de terra. Portanto, para o entrevistado, é essencial envolvê-las no processo de tomada de decisão e garantir que sejam beneficiadas de maneira justa e sustentável pela produção de soja. Isso pôde envolver a implementação de programas de desenvolvimento comunitário, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e o respeito aos direitos territoriais e culturais das comunidades locais. “Ao fortalecer o envolvimento e a capacidade das comunidades locais, podemos promover uma produção de soja mais responsável e equitativa, que leve em consideração não apenas os aspectos ambientais, mas também os sociais e econômicos”.

Moratória da soja

a) MPF

O entrevistado analisou a Moratória da Soja em comparação com ao Protocolo Verde dos Grãos, apontando diferenças na flexibilidade dos critérios e na metodologia de avaliação. Ele mencionou que a Moratória da Soja se baseia em auditorias e relatórios periódicos realizados pela ABIOVE e ANEC, que dependem das informações das empresas, muitas vezes realizadas por amostragem. Isso contrasta com o Protocolo Verde dos Grãos, em sua opinião, pois envolve auditorias em relação à produção total de cada empresa, sem amostragem.

O entrevistado expressou confiança nos dados do Protocolo Verde dos Grãos, especialmente devido à participação permanente do Ministério Público Federal, considerando-os qualificados e suficientes para tomada de decisões em relação à Moratória da Soja. Ele ressaltou o papel inicialmente importante da Moratória da Soja, especialmente na indução de comportamentos sustentáveis na cadeia da soja, particularmente na Amazônia, em resposta à pressão pela agricultura na região.

O entrevistado enfatizou que acredita que as análises do Protocolo Verde dos Grãos são mais confiáveis devido à dependência das informações das empresas na Moratória da Soja e ao corte metodológico realizado pelas próprias empresas. O entrevistado frisou que é necessário avançar para adotar os critérios do protocolo verde dos grãos na moratória da soja, considerando que a maioria das empresas que participam do Protocolo também estão envolvidas na Moratória, e poucas empresas realizam relatórios exclusivamente para a moratória da soja, pelo menos no Pará.

O entrevistado também destacou o Protocolo Verde como um programa promissor, semelhante aos acordos da pecuária, que contribuem para estabelecer critérios e controles antes não adotados pelas empresas, promovendo transparência e responsabilidade na atividade comercial.

Além dos pontos mencionados na entrevista, segundo ele, seria relevante considerar a importância da transparência e responsabilidade na cadeia de fornecimento de soja e grãos em geral. O entrevistado enfatizou que a adoção de critérios e controles, como os propostos pelo protocolo verde dos grãos, não apenas promove

práticas mais sustentáveis, mas também aumenta a transparência nas atividades comerciais das empresas envolvidas.

Segundo seu depoimento, “essa transparência não só atende às demandas dos consumidores e da sociedade civil por produtos sustentáveis, mas também pode contribuir para a mitigação de problemas como o desmatamento na Amazônia, fornecendo informações mais precisas e confiáveis sobre as práticas agrícolas”. Assim, além de avançar na adoção dos critérios do protocolo verde dos grãos na moratória da soja, o entrevistado sugeriu que esses esforços podem fortalecer a integridade e a sustentabilidade de toda a cadeia de fornecimento de commodities agrícolas.

Outro aspecto relevante salientado foi a necessidade de colaboração entre as partes interessadas, incluindo empresas, organizações da sociedade civil, governos e comunidades locais. O entrevistado mencionou que, no início da moratória da soja, houve um papel importante desempenhado por organizações da sociedade civil, como o Greenpeace, na promoção e monitoramento dessas iniciativas.

Para o entrevistado, para avançar na adoção dos critérios do protocolo verde dos grãos na moratória da soja e fortalecer a sustentabilidade da cadeia de fornecimento, é essencial manter um diálogo aberto e colaborativo entre todas as partes interessadas. Isso pode garantir que as políticas e práticas adotadas sejam eficazes, socialmente justas e ambientalmente responsáveis, além de promover uma cultura de responsabilidade compartilhada em toda a indústria agrícola, segundo sua compreensão.

b) ABIOVE

Os entrevistados iniciaram este tema destacando a criação do programa Soja Plus como uma iniciativa bem-sucedida, surgida a partir da saída da ABIOVE da Moratória da Soja em 2010, devido a desentendimentos em relação às métricas e objetivos. O Soja Plus ampliou o escopo de atuação da ABIOVE, segundo os entrevistados, envolvendo-se diretamente com os agricultores e não apenas com as empresas e políticas públicas.

Quanto à Moratória, os entrevistados expressaram dúvidas sobre o envolvimento efetivo das empresas na ponta, especialmente no financiamento de assistência técnica aos agricultores, o que levanta questões sobre a implementação real das medidas de sustentabilidade previstas nesta iniciativa. De acordo com seus depoimentos, há necessidade de uma avaliação contínua da eficácia da Moratória, não apenas em termos de adesão das empresas, mas também em relação aos impactos reais nas práticas agrícolas e na conservação ambiental. Isso ressalta a importância de um acompanhamento constante e de possíveis ajustes nas políticas para garantir que os objetivos de sustentabilidade sejam alcançados.

Por outro lado, os entrevistados mencionaram que a Moratória nunca foi interrompida desde sua implementação em 2006 e esteve vigente por 17 anos. Apesar de uma paralisação temporária no processo de auditoria entre 2011 e 2013, devido a uma transição na equipe do Imaflora. Para um dos entrevistados, essa longevidade reforça a importância e o impacto significativo que essa iniciativa teve no setor agrícola, tanto em termos de conservação ambiental quanto de regulamentação da produção de soja.

Ademais, para os entrevistados a permanência da Moratória ao longo dos anos sugere uma estabilidade nas políticas e um compromisso contínuo das partes envolvidas em manter padrões ambientais e sociais elevados na produção de soja. Ambos enfatizaram a necessidade de políticas consistentes e de longo prazo para lidar com desafios ambientais e de sustentabilidade na agricultura.

Por fim, também foram mencionadas as iniciativas do *Round Table on Responsible Soil* (RMRS) e um programa de certificação, o que, para os entrevistados, demonstra uma preocupação com a manutenção de padrões responsáveis na produção de soja.

c) ANEC

A ANEC enxerga a Moratória da Soja como a principal iniciativa para promover a sustentabilidade na produção de soja no Brasil. Segundo as respostas do questionário, o monitoramento minucioso gerou listas de produtores em não

conformidade, compartilhadas com as empresas, que assumiram a responsabilidade de não comercializar produtos dessas propriedades. Para o respondente, a eficácia da Moratória foi evidenciada pela credibilidade reconhecida internacionalmente, contribuindo para o aumento das exportações de soja brasileira nos últimos anos,. Além disso, no questionário foi ressaltado o papel estratégico do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o bom funcionamento da Moratória, com a ANEC reconhecendo sua importância e incentivando a adesão das empresas a ele. A Moratória foi considerada extremamente efetiva em alcançar seus objetivos de preservação do bioma amazônico e garantia de uma reputação positiva da cadeia da soja brasileira, sendo um fator chave para a estabilidade no cenário internacional de exportação do produto, de acordo com as respostas do questionário.

Por fim, quanto a Moratória, ainda foi salientado que a iniciativa funciona como um exemplo de sucesso na autorregulação da indústria, demonstrando a capacidade do setor privado em colaborar com o governo e a sociedade civil para enfrentar desafios ambientais significativos. Do mesmo modo, foi mencionado que a transparência e a prestação de contas também são valores fundamentais subjacentes à Moratória, pois fornecem uma base sólida para a confiança das partes interessadas e para a manutenção do compromisso com os princípios de sustentabilidade.

d) Greenpeace

A entrevistada enfatizou inicialmente que a Moratória da Soja conseguiu resultados positivos na redução do desmatamento direto para a soja na Amazônia, com uma queda de 30% para apenas 3% desde sua implementação. No entanto, ela expressou preocupação com as áreas não monitoradas e o aumento da área em não conformidade com a Moratória, incluindo assentamentos, florestas e áreas não florestais dentro do bioma amazônico. O aumento de 30% na área em não conformidade foi apontado como expressivo e alarmante, sugerindo a necessidade de melhorias na Moratória para evitar essa tendência crescente.

Sobre o tema, a entrevistada apontou a importância dos impactos sociais da produção de soja, especialmente relacionados ao uso de agrotóxicos. Para ela, a

pulverização desses produtos pode afetar comunidades agrícolas locais, causando preocupações com a saúde e até mesmo levando pessoas a deixarem suas terras devido à exposição excessiva aos agrotóxicos. Além disso, ela salientou que a expansão da soja pode levar à reconcentração fundiária, com pequenos agricultores sendo forçados a venderem suas terras para grandes produtores, o que pode resultar em conflitos e até mesmo em violações de direitos humanos.

Além disso, a entrevistada evidenciou uma incoerência entre a Moratória da Soja e o Protocolo Verde de Grãos, que considera a legalidade do desmatamento. Enquanto a Moratória busca o desmatamento zero, as mesmas empresas que a adotaram acabaram comprando outros grãos produzidos em áreas desmatadas, como o milho. Essa falta de coerência levanta preocupações sobre o compromisso das empresas com seus investidores e consumidores em relação ao desmatamento zero, segundo seu depoimento.

Outro aspecto relevante salientado na entrevista foi a constatação de que as empresas que aderiram à Moratória da Soja também compraram outros grãos além da soja. Para ela, isso significa que a Moratória, apesar de direcionada especificamente para a soja, teve impacto indireto em outras cadeias de grãos. “A incoerência surgiu quando essas empresas continuaram comprando grãos de produtores que desmataram para plantar outros tipos de grãos, como o milho, após terem sido bloqueadas para a venda de soja devido ao não cumprimento da Moratória”, de acordo com a entrevistada.

Neste contexto, a entrevistada destacou que é importante considerar a interconexão entre diferentes commodities agrícolas e desenvolver abordagens mais abrangentes na mitigação do desmatamento, não apenas focadas em uma única cultura. Essa interligação demonstra a necessidade de políticas e práticas mais holísticas para promover uma produção agrícola sustentável e responsável em toda a região amazônica e além.

Outro ponto realçado foi a menção à sociedade civil, que já apontou a incoerência existente entre a Moratória da Soja e o comportamento das empresas no Grupo de

Trabalho da Soja. Para a entrevistada, isso demonstrou o papel ativo da sociedade na fiscalização e na cobrança de transparência e responsabilidade das empresas em relação às políticas ambientais e de sustentabilidade. A participação da sociedade civil 'pode pressionar as empresas e os órgãos governamentais a adotarem medidas mais eficazes para combater o desmatamento e promover práticas agrícolas sustentáveis, segundo seu depoimento. Para ela, o engajamento da sociedade civil pode ser um catalisador para impulsionar mudanças positivas e garantir a implementação efetiva de políticas ambientais e de conservação. O envolvimento ativo da sociedade pode complementar e reforçar os esforços das instituições governamentais e das empresas na proteção e preservação dos recursos naturais, incluindo a floresta amazônica.

e) ICV

Nesse trecho da entrevista, a entrevistada discutiu a eficácia dos protocolos existentes para combater o desmatamento na cadeia da soja, particularmente enfocando a Moratória da Soja. Ela salientou a limitação da Moratória em apenas considerar a área de cultivo da soja, enquanto o desmatamento pode ocorrer em outras áreas da propriedade rural. De acordo com seu depoimento, isso levanta a necessidade de protocolos mais abrangentes que monitorem e combatam o desmatamento em todo o imóvel rural, conforme priorizado pelo Código Florestal.

Além disso, a entrevistada recomendou a expansão desses protocolos para o Cerrado, uma vez que este bioma enfrenta um crescente desmatamento, especialmente devido à expansão da fronteira agrícola. Ela argumentou que a exclusão do Cerrado desses acordos voluntários aumentou seu risco de desmatamento e destacou a importância de monitorar a regularidade ambiental de toda a propriedade, não apenas a área de cultivo da soja. Essas considerações sugeriram uma abordagem mais holística e abrangente para lidar com o desmatamento na produção de soja, expandindo os protocolos existentes para abranger todas as safras e áreas de cultivo, e garantindo que as práticas agrícolas estejam em conformidade com as regulamentações ambientais em toda a propriedade rural.

Além dos pontos destacados, a entrevistada enfatizou a necessidade de uma abordagem integrada e abrangente para lidar com o desmatamento associado à produção de soja. Isso inclui não apenas a implementação de protocolos mais rigorosos de monitoramento e combate ao desmatamento, mas também a ampliação desses protocolos para incluir outras culturas além da soja, como arroz e milho, que muitas vezes compartilharam áreas de cultivo nas mesmas propriedades rurais. Para ela, essa abordagem mais ampla visa não apenas reduzir o desmatamento na cadeia de suprimentos da soja, mas também abordar questões ambientais em uma escala mais ampla, promovendo a sustentabilidade e a conformidade com as leis ambientais em toda a produção agrícola.

Por fim, durante a entrevista foi salientada a importância da colaboração entre diferentes partes interessadas, incluindo o Ministério Público, atores privados como a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), e a sociedade civil. Essa colaboração foi destacada como fundamental para desenvolver e implementar políticas e práticas que abordem efetivamente o desmatamento na produção de soja e em outras culturas agrícolas, garantindo a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

f) TNC

Durante a entrevista, um ponto central abordado sobre o tema foi a necessidade de um compromisso sólido para evitar práticas de *greenwashing*, especialmente no contexto da Moratória da Soja. O entrevistado ressaltou a importância de estabelecer um compromisso concreto, como uma Moratória ao desmatamento do Cerrado, uma região que ainda carece de proteção adequada pelas empresas. Este compromisso deve ser acompanhado por mecanismos rigorosos de verificação, monitoramento contínuo e, sobretudo, transparência, de acordo com o entrevistado.

O entrevistado enfatizou que a transparência, juntamente com o monitoramento, é essencial para permitir o controle social e evitar ações oportunistas que podem ocorrer na cadeia produtiva da soja. Relatórios de progresso detalhados e a apresentação de evidências técnicas foram consideradas como fundamentais pelo

entrevistado para garantir que a sociedade como um todo possa acompanhar e fiscalizar as reformas implementadas, assegurando a legitimidade e eficácia das iniciativas ambientais.

Também foi ressaltada durante a entrevista, a importância de evitar o *greenwashing*, que se refere à prática de empresas alegarem ser mais ecológicas do que realmente são. A transparência foi apontada pelo entrevistado como o antídoto essencial para reduzir ações oportunistas dentro da cadeia produtiva da soja. Para ele, para que esses compromissos sejam efetivos, é necessário não apenas produzir relatórios de progresso, mas também fornecer evidências técnicas que permitam à sociedade exercer controle social sobre as reformas.

Desmatamento

a) MPF

Durante a entrevista, várias questões relevantes relacionadas ao desmatamento foram abordadas. Primeiramente, foi destacada pelo entrevistado a iniciativa do Protocolo dos Grãos, implementado pelo Ministério Público Federal em parceria com o órgão estadual de meio ambiente do Pará e empresas do setor agrícola. Este programa visou estabelecer critérios para a atividade comercial dessas empresas, especialmente no que diz respeito ao desmatamento, com ênfase na produção de soja, milho e arroz.

Um ponto crucial salientado pelo entrevistado foi a complexidade das regulamentações e compromissos assumidos pelas empresas perante diferentes atores nacionais e internacionais, o que dificulta a realização de auditorias e a aplicação consistente das normas. Para ele, a falta de clareza nas responsabilidades das empresas em relação ao desmatamento em suas cadeias de suprimento, evidencia a necessidade de unificação de critérios e parâmetros para facilitar o monitoramento e garantir a eficácia das ações de combate ao desmatamento.

Além disso, foi mencionada a importância do cumprimento das leis ambientais brasileiras, como o Código Florestal, e a necessidade de garantir a observância dos

parâmetros estabelecidos, especialmente em relação ao desmatamento em áreas de reserva legal. No entanto, o entrevistado destacou a falta de detalhamento em algumas questões legais, como a responsabilidade das empresas em casos de desmatamento em suas cadeias de fornecimento, o que gera incertezas e riscos de judicialização para o Ministério Público.

Outro ponto salientado durante a entrevista foi a relação entre compromissos ambientais e a redução efetiva do desmatamento. O entrevistado enfatizou que em alguns casos, mesmo após a assinatura de acordos de desmatamento zero ou compromissos similares, o desmatamento voltou a crescer, indicando possíveis fraudes e falhas na rastreabilidade dos produtos. A necessidade de aprimoramento da rastreabilidade na cadeia de grãos foi ressaltada como um desafio importante a ser enfrentado.

A busca por unificação de compromissos, como a Moratória da Soja, com o Protocolo dos Grãos, foi mencionada pelo entrevistado como uma medida necessária para garantir a coerência e transparência nas ações das empresas e facilitar o acompanhamento por parte da sociedade e do mercado. O entrevistado também destacou a importância do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como ferramenta fundamental para identificar responsáveis por áreas desmatadas e garantir a aplicação das medidas necessárias para a conservação ambiental.

Um aspecto importante discutido na entrevista foi a necessidade de estabelecer critérios claros e uniformes para o monitoramento do desmatamento, especialmente na cadeia de grãos. A falta de detalhamento nos protocolos existentes cria ambiguidades e dificulta a avaliação precisa do cumprimento das metas ambientais pelas empresas, de acordo com seu depoimento.

Além disso, o entrevistado enfatizou a importância de considerar não apenas a responsabilidade direta das empresas, mas também a responsabilidade indireta por meio de suas cadeias de fornecimento. A falta de regulamentação clara nesse sentido permite que empresas se esquivem de suas responsabilidades ambientais, o

que reforça a necessidade de aprimorar os instrumentos de rastreabilidade e monitoramento.

Outro ponto relevante mencionado durante a entrevista foi a relação entre desmatamento e atividades econômicas, como agricultura e pecuária. A pressão exercida por esses setores sobre as áreas florestais evidencia a importância de implementar medidas eficazes para conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, buscando práticas sustentáveis de produção, conforme declarações do entrevistado.

Também foi enfatizada a importância do envolvimento de diferentes atores, incluindo governos, empresas, organizações não governamentais e a sociedade civil, na busca por soluções para o problema do desmatamento. Para o entrevistado, colaboração e o diálogo foram apontadas como fundamentais para construir consensos e implementar políticas e práticas que promovam a preservação das florestas e a mitigação dos impactos ambientais.

Para o entrevistado, o desmatamento não é apenas uma questão ambiental, mas também socioeconômica, afetando não apenas ecossistemas, mas também comunidades locais e populações indígenas que dependem dos recursos naturais para subsistência e cultura. Essa interconexão entre a degradação ambiental e os impactos sociais ressalta a importância de uma abordagem holística para lidar com o problema.

Além disso, para o entrevistado, a busca pelo desenvolvimento sustentável emerge como uma prioridade. Para ele, isso significa adotar práticas agrícolas e florestais que equilibrem a produção de alimentos e materiais com a conservação dos recursos naturais. Investimentos em tecnologias verdes e valorização dos serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas foram apontados como componentes cruciais desse processo pelo entrevistado.

Por fim, o entrevistado enfatizou que a eficácia das políticas de combate ao desmatamento também depende da existência de legislação clara e da capacidade de fiscalização e aplicação dessas leis. Fortalecer os órgãos ambientais e promover

a cooperação entre diferentes esferas de governo foram considerados passos essenciais para garantir o cumprimento das normas ambientais segundo suas declarações.

b) ABIOVE

A entrevista ofereceu uma visão abrangente sobre o desmatamento, abordando várias facetas do problema e das medidas implementadas para combatê-lo. Os entrevistados demonstraram preocupação com esse tema e mencionaram a implementação de programas como o SAIS (Sistema de Acompanhamento de Importação de Soja). Eles destacaram a sensibilidade política em torno desses programas, especialmente considerando críticas passadas de líderes governamentais.

Segundo os entrevistados, foi observado um clima político mais favorável às medidas de preservação ambiental, como evidenciado pelo apoio manifestado em reuniões ministeriais. Isso sugeriu uma mudança de postura em relação ao compromisso com o desmatamento zero. Para eles, um dos principais desafios é a incorporação de cooperativas de cerealistas à Moratória, que historicamente desempenhou um papel significativo na redução do desmatamento. Apesar dos avanços, ainda há uma lacuna a ser preenchida na inclusão de todas as partes envolvidas na cadeia de produção, segundo os depoimentos.

A questão da rastreabilidade e segregação da soja foi discutida em relação aos requisitos do *Green Deal* europeu. Para os entrevistados, enquanto a Moratória foi reconhecida internacionalmente e respeitada pelas principais ONGs, ela não ofereceu garantias suficientes em termos de rastreabilidade desde a fazenda até o porto, um requisito crucial para a conformidade com as regulamentações europeias.

O papel das empresas na garantia da rastreabilidade e segregação foi enfatizado durante a entrevista, e foi destacada a responsabilidade individual na implementação dessas práticas. Embora a Moratória assegure a origem da soja sem desmatamento, caberia às empresas garantir a conformidade ao longo de toda a cadeia de produção.

A discussão se estendeu para a questão da compensação financeira pela produção de soja sem desmatamento. Um dos entrevistados argumentou que esse produto especial deveria ser valorizado, incentivando os consumidores europeus a pagar um prêmio por sua origem sustentável. A viabilidade econômica dessas práticas foi salientada durante a entrevista, com a sugestão de que sem incentivos adequados, como compensações financeiras, a produção de soja sem desmatamento pode não ser sustentável a longo prazo.

Para os entrevistados, a implementação de programas como o SAIS indica um compromisso renovado em lidar com o desmatamento. A menção ao SAIS como uma medida delicada, especialmente em relação à política anterior, evidencia, segundo os entrevistados, uma sensibilidade do assunto e as mudanças de perspectiva ao longo do tempo.

Para os entrevistados, o pacto de desmatamento zero refletiu uma nova abordagem na busca por soluções para o desmatamento. A afirmação de que agora é mais fácil navegar nesses mares de desmatamento zero sugere uma mudança positiva de cenário político, segundo suas declarações.

A inclusão das cooperativas de cerealistas na Moratória foi salientada como um desafio significativo, mas crucial. Para os entrevistados, isso evidencia a importância de envolver todos os atores relevantes na luta contra o desmatamento, desde os grandes produtores até as cooperativas locais.

Na discussão sobre a implementação do *Green Deal* da União Europeia, os entrevistados ressaltaram a necessidade de medidas mais abrangentes e rigorosas para combater o desmatamento. Apesar do reconhecimento internacional da Moratória, para eles ficou claro que ainda há lacunas a serem preenchidas em termos de rastreabilidade e segregação da soja.

Por fim, para os entrevistados, a sugestão de que o produto da soja sem desmatamento é especial e merece um prêmio destaca a importância de incentivos econômicos para promover práticas sustentáveis. Para eles, isso levanta questões

sobre a responsabilidade dos consumidores e das empresas na valorização e promoção de produtos ambientalmente conscientes.

c) ANEC

No questionário foi destacada a importância do Programa de Regularização Ambiental como uma ferramenta inovadora na recuperação de áreas degradadas. A adesão a esse programa foi apresentada como uma oportunidade para empresas e produtores se regularizarem perante as regulamentações legais e minimizarem os impactos ambientais negativos, o que pode ser interpretado como um esforço para combater o desmatamento e promover a sustentabilidade.

Nas respostas do questionário também foi abordada a relação entre a União Europeia e o desmatamento, destacando nova lei sobre importação de produtos livres de desmatamento em suas decisões de comércio exterior e relações internacionais. A nova lei visa favorecer a importação de produtos, como a soja, provenientes de cadeias de produção livres de desmatamento ilegal. Isso indica, segundo o respondente do questionário, uma preocupação internacional crescente com a sustentabilidade e o impacto ambiental das atividades comerciais.

Por outro lado, foi destacado que essa medida pode criar novas barreiras e custos para os exportadores brasileiros, que precisariam se adaptar aos novos requisitos estabelecidos. No entanto, há uma crença de que essa adaptação pode ser realizada dentro do prazo estipulado, uma vez que a nova regulamentação demanda algum tempo para entrar em vigor completamente. De acordo com as respostas obtidas, a ANEC possui interesse nas discussões em andamento entre o Brasil e a União Europeia, visando obter mais informações e esclarecimentos sobre a nova lei. Além disso, também foi salientado que a ANEC acredita que os padrões e medidas estabelecidos pela Moratória da Soja sejam compatíveis com os requisitos da nova lei da UE, o que poderia reduzir quaisquer custos associados à exportação de soja brasileira para a UE, indicando uma possível convergência entre as regulamentações internacionais e as iniciativas nacionais de combate ao desmatamento.

Nas respostas ainda foi enfatizada a relevância do Programa de Regularização Ambiental como uma iniciativa inovadora na restauração de áreas degradadas. A adesão a este programa foi apontada como uma oportunidade para empresas e produtores se ajustarem às regulamentações legais e minimizarem os impactos ambientais negativos, refletindo um esforço para combater o desmatamento e promover a sustentabilidade.

Adicionalmente, foi realçada a importância da cooperação internacional e da harmonização de regulamentações ambientais para enfrentar efetivamente o desmatamento e promover práticas sustentáveis de produção. O papel das organizações governamentais e não governamentais na implementação de políticas e programas de conservação ambiental, como a Moratória da Soja, também foi mencionado como relevante para a redução do desmatamento associado à produção de commodities agrícolas.

Finalmente, foi salientada a importância da transparência e do monitoramento eficaz para garantir o cumprimento das regulamentações ambientais e evitar práticas ilegais de desmatamento, bem como o potencial das tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis para mitigar os efeitos do desmatamento e promover a recuperação de áreas degradadas.

d) Greenpeace

A entrevistada iniciou realçando a necessidade de uma abordagem combinada entre o setor público e privado na governança ambiental, e apontou o papel fundamental do governo e a preocupação com o enfraquecimento das ações governamentais, que têm contribuído para o aumento do desmatamento.

Ela também mencionou o papel dos acordos internacionais e da cooperação entre os países na luta contra o desmatamento. Em sua opinião, a demanda europeia por produtos livres de desmatamento e a possibilidade de a China seguir o mesmo caminho demonstram a interconexão dos mercados globais e a importância de padrões internacionais para promover a sustentabilidade ambiental e a redução do desmatamento em escala global.

A entrevistada avaliou positivamente a legislação anti-desmatamento da União Europeia, ressaltando a importância da diligência e rastreabilidade até a origem dos produtos. No entanto, ela demonstrou preocupações com a implementação adequada da legislação e a pressão por critérios mais brandos, especialmente em relação às regiões de baixo risco.

A questão da data de corte para o desmatamento zero foi apontada como um dos principais desafios, especialmente em relação à Moratória da Soja, que tem uma linha de corte estabelecida em 2008. Mudar essa linha de corte pode representar um retrocesso na luta contra o desmatamento, segundo seu depoimento, e há riscos de novas pressões para isso em função da lei anti-desmatamento da UE.

Ainda sobre a legislação anti-desmatamento da União Europeia, a entrevistada a considerou importante pelo fato de exercer pressão sobre os mercados internacionais e consumidores, incentivando a demanda por produtos provenientes de cadeias de produção responsáveis.

Além disso, ela também demonstrou preocupação com a necessidade de garantir que as instituições financeiras também adotem critérios de diligência e rastreabilidade em relação ao financiamento de atividades que possam contribuir para o desmatamento e violações de direitos humanos. Isso demonstra a importância de uma abordagem holística que envolva não apenas os setores produtivos, mas também o sistema financeiro global na promoção de práticas sustentáveis.

A entrevistada também enfatizou a importância de medidas proativas por parte do setor privado, especialmente quando o governo não conseguia cumprir plenamente suas responsabilidades na proteção ambiental. A entrevistada destacou que, nos últimos anos, o setor privado poderia ter assumido um papel mais ativo na ausência de ações governamentais eficazes, como o embargo de áreas desmatadas. Isso aponta para a necessidade de uma abordagem colaborativa e responsável entre os diferentes atores da sociedade na busca por soluções para o desmatamento.

Por fim, a entrevistada levantou a questão da implementação efetiva das leis e regulamentações existentes, apontando os desafios enfrentados, especialmente no que diz respeito à rastreabilidade total na cadeia de produção, como no caso da pecuária. Esses desafios incluem não apenas questões técnicas, mas também questões políticas e de vontade para garantir o cumprimento das regulamentações existentes e o avanço em direção a práticas mais sustentáveis.

Esses aspectos adicionais demonstram a importância da ação coletiva e da cooperação entre os setores público e privado, bem como a necessidade de medidas concretas e eficazes para lidar com o desmatamento e promover a sustentabilidade ambiental.

e) ICV

A entrevistada destacou várias considerações relevantes sobre o tema do desmatamento, especialmente no contexto das políticas da União Europeia e sua relação com o Brasil.

No geral, a entrevistada reconheceu a pressão positiva da lei da União Europeia, que pode contribuir para melhorar a rastreabilidade e controle da origem dos produtos, especialmente no combate ao desmatamento nas cadeias de produção brasileiras. No entanto, destacou que a implementação precisa levar em consideração as ferramentas e acúmulos já existentes no Brasil, como o TAC da pecuária e a Moratória da Soja, para evitar confusões e garantir resultados práticos. Ela ressaltou que a forma como essa implementação ocorrerá será crucial para determinar sua eficácia.

Além disso, demonstrou preocupações sobre a sobreposição de marcos temporais entre a legislação da União Europeia, que considera o desmatamento após 2020, e o código florestal brasileiro de 2008. Isso levanta questões sobre a possibilidade de afrouxamento na aplicação do código florestal e das moratórias, especialmente se houver interpretações que privilegiem padrões anteriores de legalidade.

A entrevistada também apontou o risco de intensificação da produção de soja em áreas não contempladas pela legislação, como o cerrado, caso haja uma orientação para evitar regiões de floresta. Isso poderia resultar em uma transferência do problema do desmatamento para outras áreas, como o cerrado, o que evidenciaria a importância de incluir esse bioma nos acordos de cadeia produtiva.

A entrevistada também enfatizou a necessidade de uma abordagem cuidadosa na implementação das políticas de combate ao desmatamento, levando em consideração as especificidades do contexto brasileiro e evitando efeitos indesejados, como o deslocamento do problema para outras regiões. Ademais, também abordou a questão da transparência e da dificuldade em comprovar o desmatamento autorizado no Brasil. Segundo os depoimentos, embora o desmatamento autorizado seja pequeno em comparação com o desmatamento real, há uma falta de transparência nos dados de autorização, o que dificulta a verificação da legalidade das atividades. Isso levanta preocupações sobre a eficácia das políticas de controle e fiscalização, bem como a necessidade de maior transparência e prestação de contas por parte das autoridades responsáveis.

Ainda sobre o tema, a entrevistada salientou a importância da mobilização da sociedade civil e do controle social na monitorização e exigência de cumprimento das políticas ambientais. Para ela, a sociedade civil desempenha um papel fundamental na pressão por medidas mais rigorosas de proteção ambiental e na responsabilização dos agentes públicos e privados envolvidos no desmatamento.

Tais pontos demonstram a complexidade do problema do desmatamento no Brasil e a necessidade de abordagens abrangentes que incorporem transparência, participação da sociedade civil e medidas eficazes de fiscalização e controle para combater esse problema.

f) TNC

Sobre o tema do desmatamento, o entrevistado expressou apoio à iniciativa da União Europeia, destacando a importância de uma regulamentação que tenha ido além da legalidade vigente, alinhada com os objetivos do acordo de Paris. Ele

ressaltou a necessidade de expandir essa regulamentação para além das áreas florestais, considerando os potenciais efeitos indesejados, como a pressão para desmatamento em outras regiões, como o cerrado.

Além disso, ele enfatizou a importância da cooperação internacional e do alinhamento entre legislações, como a da União Europeia e o Código Florestal no Brasil, para evitar a reorientação de mercado, que poderia resultar em impactos negativos na conservação ambiental.

O entrevistado também salientou preocupação com o desmatamento em áreas não florestais, como o cerrado e o chaco, e sugeriu que a legislação da União Europeia deveria considerar uma abordagem mais holística, que não se limite apenas às áreas florestais, para evitar pressões adicionais sobre esses ecossistemas. Ele mencionou a necessidade de avaliar o impacto das políticas de reserva legal, como no caso do cerrado, onde a porcentagem de reserva legal é menor do que em áreas de floresta, o que poderia aumentar a pressão sobre esse bioma.

O entrevistado alertou para o risco de reorientação de mercado, onde os produtos destinados a mercados com regulamentações mais rigorosas podem ser substituídos por produtos de regiões onde as regulamentações são mais brandas, o que poderia resultar em aumento do desmatamento em outras áreas.

Direitos Humanos

a) ABIOVE

Os entrevistados mencionaram a implementação de protocolos específicos, como o Protocolo de Grãos do Pará e o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da pecuária, que visam regulamentar e fiscalizar atividades agrícolas e pecuárias para garantir a conformidade com normas ambientais e sociais. Para um dos entrevistados, esses protocolos são instrumentos importantes na proteção dos direitos humanos e na promoção da sustentabilidade, ao exigirem que as atividades econômicas respeitem as áreas de conservação, terras indígenas e estejam livres de trabalho escravo.

No Pará, a fiscalização de grãos incluiu a verificação de notas fiscais e a observância de unidades de conservação e terras indígenas, garantindo que não houvesse sobreposição dessas áreas com atividades produtivas, segundo seu depoimento. Além disso, os entrevistados salientaram que houve um esforço conjunto para combater o trabalho escravo, com listas elaboradas pelo IBAMA e pela SEMA, que detectavam fazendas envolvidas em práticas ilegais.

A Moratória da Soja foi outro ponto crucial apontado por eles, onde a regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi obrigatória, e empresas precisaram verificar essa conformidade antes de qualquer transação. A recomendação setorial foi clara: “não deveriam prosseguir com a comercialização ou financiamento de fazendas com CAR suspenso ou cancelado, reforçando a importância de práticas sustentáveis e legais”.

Durante a entrevista também foi mencionada a harmonização dos dados georreferenciados no Mato Grosso, que facilitou a validação de milhares de registros do CAR, essencial para o avanço do Programa de Regularização Ambiental (PRA). A validação do CAR foi vista como um passo fundamental para a implementação plena do Código Florestal, uma vez que sem a clareza sobre as áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais, a aplicação do PRA ficou comprometida. Segundo os entrevistados, essa uniformização dos dados também ajudou a evitar fraudes e manipulações, garantindo que as áreas de preservação sejam corretamente identificadas e protegidas. Essa medida não apenas protegeu o meio ambiente, mas também assegurou que as populações locais pudessem continuar a utilizar esses recursos de maneira sustentável, contribuindo para a segurança alimentar e econômica dessas comunidades.

Além disso, os entrevistados salientaram o esforço do Ministério do Meio Ambiente, através de figuras como Raoni Rajão, em fortalecer o combate ao desmatamento e aumentar a validação do CAR nos estados, mostrando um compromisso institucional com a preservação ambiental e, consequentemente, com a proteção dos direitos das populações que dependem desses recursos.

O impacto das prorrogações contínuas na regularização das áreas também foi abordado, destacando a perda de credibilidade e enfraquecimento das políticas públicas, o que pode levar ao desânimo e abandono dos processos de regularização por parte dos produtores. Para os entrevistados, essa situação enfraquece a credibilidade do CAR e das iniciativas de preservação, prejudicando a confiança dos produtores e comprometendo a eficácia das medidas de proteção ambiental e social.

Os entrevistados também tocaram na questão do papel das empresas e da ABIOVE na criação de relatórios de sustentabilidade e conformidade, onde as empresas pedem apoio para obter informações atualizadas, mas são responsáveis por seus próprios relatórios. Isso demonstra a necessidade de responsabilidade e transparência individual das empresas no cumprimento de normas sociais e ambientais, reforçando a importância do compromisso corporativo com os direitos humanos e a sustentabilidade.

Também foi mencionada a importância da fiscalização sobre o desmatamento zero e a exigência de que empresas verificassem a regularidade do CAR antes de qualquer compra ou financiamento. Isso foi colocado como crucial não só para a preservação ambiental, mas também para a proteção das comunidades indígenas e tradicionais, cujos meios de subsistência dependem diretamente da floresta e de outros recursos naturais. A imposição dessas medidas ajuda a prevenir a violação dos direitos territoriais dessas comunidades, que muitas vezes são as mais vulneráveis ao impacto da exploração ilegal dos recursos naturais.

Outro ponto importante foi a referência ao trabalho escravo. Para os entrevistados, a inclusão de fazendas na lista do IBAMA e da SEMA que estão envolvidas em práticas de trabalho escravo demonstra um esforço claro para combater essa violação grave dos direitos humanos. A menção de listas específicas que identificam essas fazendas foi apontada como um exemplo concreto de medidas tomadas para erradicar o trabalho escravo no setor agrícola e pecuário. De acordo com os depoimentos, essas ações foram essenciais para garantir condições de trabalho dignas e combater a exploração laboral, que ainda é uma realidade em muitas áreas rurais do Brasil.

Por fim, para os entrevistados, a participação de diferentes entidades, como a Aprosoja e a FAMATO, e a menção da colaboração com a Confederação Nacional da Agricultura e outras federações estaduais, ilustram a importância da cooperação interinstitucional para a promoção de práticas sustentáveis. Essa colaboração é vital para fortalecer as políticas de desenvolvimento rural sustentável, que equilibram o crescimento econômico com a preservação dos direitos humanos e do meio ambiente.

b) ANEC

Nas respostas do questionário relacionadas a este tema foram abordadas questões relativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 2 e o ODS 13, em um contexto de crescimento populacional projetado até 2050 e seus impactos na segurança alimentar e na crise climática.

Também foi salientada a necessidade de uma abordagem holística e sustentável no desenvolvimento e na promoção do setor agrícola brasileiro, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ambientais, em consonância com os princípios dos direitos humanos e da Agenda 2030.

Outro ponto relevante mencionado nas respostas do questionário foi a importância da inclusão social e do respeito aos direitos humanos em todas as etapas da cadeia de produção agrícola, especialmente no contexto da indústria da soja. Isso inclui garantir condições de trabalho dignas para os trabalhadores rurais, promover a igualdade de gênero no campo, combater o trabalho infantil e respeitar os direitos das comunidades indígenas e tradicionais que muitas vezes são afetadas pelo avanço da agricultura.

Além disso, foi apontado como fundamental considerar o impacto das atividades agrícolas nas comunidades locais em termos de acesso à terra, água e recursos naturais, bem como os possíveis conflitos socioambientais que podem surgir. Para a ANEC, uma abordagem verdadeiramente sustentável e centrada nos direitos humanos requer o envolvimento e a participação das comunidades afetadas nas decisões relacionadas ao desenvolvimento agrícola e na distribuição equitativa dos

benefícios gerados por essa atividade econômica. Nas respostas, ainda foi mencionado que ao abordar essas questões, trata-se “não apenas os desafios e oportunidades econômicas e ambientais da indústria da soja, mas também a importância fundamental de garantir que o desenvolvimento agrícola seja conduzido de forma ética, justa e socialmente responsável, em linha com os princípios dos direitos humanos e da sustentabilidade”.

Outro ponto salientado foi a importância da educação e capacitação para o desenvolvimento sustentável da indústria agrícola. Investimentos em programas de educação ambiental, treinamento técnico e capacitação em práticas agrícolas sustentáveis podem desempenhar um papel crucial na promoção da conscientização e na adoção de métodos de produção mais responsáveis.

Além disso, o respondente destacou a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, como técnicas de manejo do solo, uso eficiente de recursos hídricos e energia renovável, como essenciais para aumentar a produtividade agrícola enquanto se reduz o impacto ambiental. Para ANEC, essas inovações não apenas contribuem para a mitigação das mudanças climáticas, mas também podem melhorar as condições de vida das comunidades rurais e promover um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo.

c) Greenpeace

Uma questão importante levantada na entrevista foi a relação entre a produção de soja e os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Um estudo de caso específico foi mencionado, destacando um conflito entre um condomínio de fazendas e uma comunidade local sobre direitos territoriais. A presença de empresas de agronegócio nesses conflitos foi questionada, especialmente em relação à transparência e eficácia de suas políticas para evitar violações de direitos humanos. O caso específico mencionado mostra como a presença da soja pode intensificar conflitos territoriais e violações de direitos humanos, apesar das políticas das empresas para evitar tais situações.

Além dos pontos mencionados anteriormente, a entrevistada chamou a atenção para a questão da expansão da produção de soja em áreas como o Cerrado. Para ela, essa expansão pode levar à perda de biodiversidade e à degradação do solo, impactando negativamente os ecossistemas locais e ameaçando a sobrevivência de espécies nativas. Além disso, a conversão de áreas naturais em monoculturas de soja pode resultar na perda de habitats para animais selvagens, contribuindo para a fragmentação de habitats e o aumento da pressão sobre as populações locais.

Outro aspecto relevante salientado foi a questão do trabalho escravo e das condições de trabalho precárias nas áreas de produção de soja. Relatos de trabalho infantil, jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho são preocupações sérias que envolvem violações de direitos humanos e trabalhistas, segundo seu depoimento. Essas práticas muitas vezes estão ligadas a cadeias de suprimentos complexas, onde é difícil rastrear a origem dos produtos e garantir que os trabalhadores sejam tratados de maneira justa e digna ao longo de toda a cadeia produtiva.

Ao abordar o tema da produção de soja e seus impactos sociais, ambientais e de direitos humanos, para a entrevistada é essencial considerar uma gama diversificada de questões, desde a preservação ambiental até a proteção dos direitos dos trabalhadores rurais e das comunidades locais afetadas pela expansão da agricultura de larga escala. Essa abordagem ampla e integrada foi considerada como fundamental para promover uma produção de soja mais sustentável e socialmente responsável.

Também foi discutida a questão da segurança alimentar e o acesso à terra. Para a entrevistada, a expansão da produção de soja muitas vezes ocorre em terras agrícolas tradicionais e das comunidades que dependem delas para sua subsistência. Isso pode resultar na perda de acesso à terra e recursos naturais essenciais para a produção de alimentos, levando à insegurança alimentar e à marginalização econômica dessas comunidades.

Além disso, a entrevistada frisou como preocupante a concentração de terras nas mãos de grandes produtores de soja, o que pode criar desigualdades socioeconômicas significativas, com acesso desigual aos benefícios econômicos gerados pela produção agrícola. Isso pode perpetuar ciclos de pobreza e exclusão social em áreas rurais, onde a agricultura é muitas vezes a principal fonte de subsistência.

A falta de participação e consulta das comunidades locais no processo de tomada de decisões relacionadas à expansão da produção de soja também foi uma preocupação importante levantada pela entrevistada. Para ela, muitas vezes, essas comunidades são excluídas das discussões sobre o uso da terra e dos recursos naturais em suas áreas, o que pode resultar em conflitos e tensões sociais.

d) ICV

A entrevistada reforçou os impactos sociais e ambientais da expansão da soja transgênica na região norte de Mato Grosso. Para ela, a introdução rápida da soja alterou a dinâmica socioeconômica dessas áreas, anteriormente dominadas pela pecuária. Isso foi evidenciado pelo aumento na circulação de dinheiro na região, com terras antes destinadas à pecuária sendo arrendadas para a produção de soja. Essa mudança na ocupação do solo pode ter consequências sociais, como a redistribuição de recursos e o deslocamento de populações locais, segundo suas observações.

Além disso, a entrevistada mencionou a questão da pulverização aérea, que afeta diretamente os agricultores familiares e a produção orgânica. Ela relatou casos de produtores que perderam suas colheitas devido à deriva da pulverização, destacando a necessidade de um debate sobre como os produtores podem proteger seus direitos e envolver a defensoria pública nesse processo.

Para a entrevistada, os avanços adotados pelo setor privado na promoção da sustentabilidade e na proteção ambiental foram relevantes no contexto dos direitos humanos e sociais. As ações das empresas tiveram um impacto significativo nas comunidades locais, na distribuição de recursos naturais e na qualidade de vida das

pessoas. Para ela, ao promover práticas sustentáveis e respeitar os direitos ambientais, as empresas também podem contribuir para a proteção dos direitos humanos, como o direito à saúde, à alimentação adequada e ao meio ambiente saudável.

Além disso, a entrevistada salientou que a discussão sobre a necessidade de desenvolver processos mais automatizados para acelerar a validação do CAR também foi relevante do ponto de vista dos direitos humanos. Segundo seu depoimento, um processo mais eficiente de regularização ambiental pode garantir que os direitos das comunidades locais fossem protegidos, evitando conflitos socioambientais e assegurando o acesso dessas comunidades aos recursos naturais de que dependiam para sua subsistência.

Esses aspectos da entrevista destacaram a interconexão entre questões ambientais, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, ressaltando a importância de abordagens integradas e colaborativas para enfrentar os desafios socioambientais enfrentados pela região.

Por fim, foi enfatizada a questão da distribuição desigual de recursos e poder na região devido à expansão da agricultura e dos interesses do agronegócio. A entrevistada mencionou que a chegada da soja mudou a dinâmica socioeconômica das áreas antes dominadas pela pecuária, o que pôde indicar uma concentração de poder econômico e influência em determinados grupos ou empresas do agronegócio. Isso levantou questões sobre justiça social, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra e aos benefícios econômicos gerados pela produção agrícola.

e) TNC

Quanto aos direitos humanos, o entrevistado ressaltou a importância de critérios científicos na aprovação de biotecnologias, destacando a necessidade de garantir segurança e qualidade. Ele também enfatizou a possibilidade de utilizar a biotecnologia para aumentar a produtividade e, assim, reduzir a pressão sobre a

abertura de novas áreas, o que pode ter implicações sociais ao minimizar o impacto ambiental e preservar terras.

Ele também salientou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sua importância na rastreabilidade do setor agrícola. O entrevistado enfatizou a necessidade de avançar na validação do CAR, tornando-o uma ferramenta eficaz para garantir a transparência e responsabilidade das empresas, o que pode ter implicações sociais ao proteger terras indígenas, quilombolas e áreas de assentamentos.

Além desses pontos, o entrevistado mencionou a publicação de um guia da TNC que aborda questões legais e cuidados relacionados aos direitos de povos indígenas, quilombolas e outros grupos sociais. Ele destacou a importância de verificar se a produção de soja em assentamentos foi realizada pelos próprios assentados ou terceirizada para grandes produtores, evidenciando a preocupação com a justiça social e a garantia dos direitos dos trabalhadores rurais.

Para o entrevistado, as práticas agrícolas tiveram um impacto significativo nas comunidades locais, influenciando aspectos como emprego, segurança alimentar, acesso à terra e saúde. Neste contexto, ele salientou que é importante entender como essas práticas, incluindo o uso de biotecnologia e o manejo de terras, afetam diretamente a vida das pessoas que vivem nas áreas agrícolas. Neste contexto, segundo seu depoimento, é essencial investigar se as práticas agrícolas respeitam os direitos territoriais e culturais desses grupos, e se contribuem para promover ou prejudicar sua autonomia e bem-estar.

Além disso, o entrevistado declarou ser fundamental analisar as questões relacionadas ao trabalho agrícola e às condições laborais dos trabalhadores rurais. Isso inclui avaliar se as práticas agrícolas garantem salários justos, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos trabalhistas, como jornadas de trabalho adequadas e proteção contra o trabalho infantil e o trabalho escravo. Para o entrevistado, considerar esses aspectos sociais e de direitos humanos é essencial para uma análise completa e ética das práticas agrícolas e de seu impacto na sociedade e no meio ambiente. Em sua visão, a transparência, a responsabilidade e

o respeito aos direitos humanos são aspectos essenciais que devem ser considerados e promovidos no setor agrícola, visando a sustentabilidade social, ambiental e econômica das atividades agrícolas.

O Quadro 3 abaixo, sistematiza as respostas obtidas por temas analisados.

Quadro 3: Síntese das respostas às perguntas realizadas por meio de aplicação de questionário com atores sociais chaves no contexto da cadeia da soja na Amazônia.

Tema	Greenpeace	ICV	ABIOVE	MPF	TNC	Relatórios da Cargill	ANEC
Sustentabilidade	Critica a falta de compromisso real da Cargill com a sustentabilidade, destacando o desmatamento contínuo e a violação de direitos humanos em suas operações. Propõe alternativas como a agroecologia e a produção de soja livre de desmatamento.	Aponta a necessidade de um compromisso mais efetivo da Cargill com a sustentabilidade, incluindo a implementação de práticas agrícolas mais sustentáveis e a rastreabilidade da origem da soja. Defende a proteção da Amazônia e dos direitos das comunidades indígenas.	Promove práticas agrícolas sustentáveis e rastreabilidade da soja, buscando soluções para o desmatamento na Amazônia. Trabalha em conjunto com produtores rurais, empresas e o governo para alcançar seus objetivos.	Atua na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos na cadeia da soja. Investiga e pune crimes ambientais, como o desmatamento ilegal, e busca garantir que as empresas cumpram as leis socioambientais.	Propõe um modelo de produção de soja mais sustentável, com foco na proteção da Amazônia e na inclusão social. Defende a rastreabilidade da soja e a adoção de práticas agrícolas mais eficientes.	Apresentam dados contraditórios sobre o desempenho da empresa em relação à sustentabilidade. Há relatos de desmatamento, trabalho escravo e violações de direitos humanos em suas operações, enquanto a empresa se autodenomina como sustentável.	A ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) destacou seu compromisso com a promoção de práticas sustentáveis na cadeia da soja. Sua atuação está voltada para a conformidade com as exigências internacionais, especialmente do mercado europeu. Enfatizou a importância da implementação de tecnologias para rastreabilidade e transparência nos processos de exportação.
Rastreabilidade	Cobra da Cargill maior transparência na cadeia de	Aponta a necessidade de um sistema de rastreabilidade	Investe em tecnologias de rastreabilidade para garantir a	Cobra das empresas a rastreabilidade da origem da soja	Propõe a implementação de um sistema de rastreabilidade	Revelam falhas no sistema de rastreabilidade da Cargill, com indícios	A ANEC argumentou a necessidade de fortalecer os mecanismos de

Tema	Greenpeace	ICV	ABIOVE	MPF	TNC	Relatórios da Cargill	ANEC
	suprimentos da soja, exigindo a rastreabilidade completa da origem dos grãos. Defende a utilização de tecnologias de rastreabilidade para garantir que a soja não seja proveniente de áreas de desmatamento ilegal.	mais eficaz na cadeia de suprimentos da soja da Cargill. Defende a utilização de tecnologias de rastreabilidade para garantir a origem dos grãos e combater a falsificação de documentos.	origem dos grãos de soja. Possui um sistema de rastreabilidade que permite acompanhar o grão de soja desde a plantação até o consumidor final.	para garantir que ela não seja proveniente de áreas de desmatamento ilegal. O MPF também atua para combater a falsificação de documentos de rastreabilidade.	robusto e transparente na cadeia de fornecimento da Cargill. Defende a utilização de tecnologias de ponta para garantir a origem dos grãos e combater o comércio ilegal de soja.	de fraude e falta de transparência na origem da soja.	rastreamento para garantir que a soja exportada não esteja associada ao desmatamento ou à exploração de áreas protegidas. Defendeu o uso de ferramentas modernas, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e mapeamentos via satélite, para assegurar a origem da produção.
Moratória da Soja	Critica a participação da Cargill na Moratória da Soja, alegando que a empresa não cumpre seus compromissos e continua desmatando a Amazônia para produzir soja. Defende o fim da Moratória da Soja e a	Aponta a necessidade de fortalecer a Moratória da Soja e torná-la mais eficaz no combate ao desmatamento. Defende a implementação de mecanismos de monitoramento e fiscalização mais rigorosos.	É signatária da Moratória da Soja, um acordo que visa zerar o desmatamento da Amazônia para produção de soja. Investe em pesquisas e tecnologias para monitorar o desmatamento e identificar áreas de risco.	Monitora o cumprimento da Moratória da Soja pelas empresas e investiga denúncias de desmatamento ilegal em áreas signatárias da Moratória. O MPF também atua para fortalecer a Moratória da Soja e torná-la mais eficaz.	Propõe a reformulação da Moratória da Soja, com metas mais ambiciosas e mecanismos de acompanhamento mais rigorosos. Defende a inclusão de indicadores sociais e ambientais na Moratória.	Demonstram que a Cargill continua desmatando a Amazônia para produzir soja, mesmo sendo signatária da Moratória da Soja.	A ANEC considera a moratória um mecanismo eficaz para evitar desmatamento na Amazônia, destacando a necessidade de expandir o modelo para outras regiões críticas.

Tema	Greenpeace	ICV	ABIOVE	MPF	TNC	Relatórios da Cargill	ANEC
	implementação de medidas mais rigorosas para combater o desmatamento.						
Desmatamento	Denuncia o desmatamento contínuo da Amazônia pela Cargill para a produção de soja, destacando os impactos socioambientais negativos dessa prática. Exige que a Cargill adote medidas imediatas para zerar o desmatamento em suas operações.	Aponta a necessidade de ações imediatas para combater o desmatamento ilegal na Amazônia, com foco nas operações da Cargill. Defende a implementação de políticas públicas mais rigorosas e a responsabilização da empresa por seus crimes ambientais.	Tem como objetivo zerar o desmatamento para produção de soja. Investe em pesquisas e tecnologias para monitorar o desmatamento e identificar áreas de risco. Trabalha em conjunto com produtores rurais e o governo para promover práticas agrícolas que preservem as florestas.	Investiga e pune crimes de desmatamento ilegal na Amazônia. Trabalha para prevenir o desmatamento através de ações de educação ambiental e fiscalização. Cobra das empresas a rastreabilidade da origem da soja para garantir que ela não seja proveniente de áreas de desmatamento ilegal.	Propõe a implementação de um plano abrangente para combater o desmatamento na Amazônia, com foco nas operações da Cargill. Defende a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e a restauração de áreas degradadas.	Revelam dados alarmantes sobre o desmatamento realizado pela Cargill na Amazônia, mesmo após a empresa ter assumido compromissos para zerar o desmatamento.	A ANEC considera a Moratória da Soja e o Protocolo Verde de Grãos fundamentais para evitar o desmatamento, usando tecnologias como o CAR e mapeamento por satélite para monitorar áreas regularizadas. Apesar dos avanços, reconhece desafios na rastreabilidade de fornecedores indiretos e no desmatamento indireto, buscando atender às demandas internacionais por produtos livres de desmatamento.
Direitos Humanos	Denuncia violações de	Aponta a necessidade de	Trabalha para garantir que a	Investiga e pune crimes contra os	Propõe a implementação de	Apresentam relatos de violações de	Apesar de não ser uma prioridade

Tema	Greenpeace	ICV	ABIOVE	MPF	TNC	Relatórios da Cargill	ANEC
	direitos humanos nas operações da Cargill, como trabalho escravo, condições precárias de trabalho e violência contra comunidades indígenas. Exige que a Cargill respeite os direitos humanos em toda a sua cadeia de suprimentos.	ações para garantir o respeito aos direitos humanos na cadeia de suprimentos da Cargill. Defende a investigação e punição de violações de direitos humanos e a implementação de medidas de proteção para comunidades indígenas e trabalhadores rurais.	produção de soja seja feita de forma socialmente responsável, respeitando os direitos dos trabalhadores e das comunidades locais. Possui diversos programas e iniciativas que visam alcançar esse objetivo, como o Programa de Certificação Social da ABIOVE.	direitos humanos na cadeia da soja, como o trabalho escravo e a violência contra comunidades indígenas. Atua para proteger os direitos das comunidades indígenas e tradicionais que vivem na Amazônia.	um plano de ação para garantir o respeito aos direitos humanos na cadeia de suprimentos da Cargill. Defende a realização de auditorias independentes e a criação de mecanismos de denúncia para trabalhadores e comunidades afetadas.	direitos humanos nas operações da Cargill, incluindo trabalho escravo, condições precárias de trabalho e violência contra comunidades indígenas.	direta em sua pauta, a ANEC reconheceu a relevância de garantir condições dignas de trabalho na cadeia de produção e a importância de proteger direitos de comunidades impactadas.

7. DISCUSSÃO

A análise dos relatórios de sustentabilidade das corporações transnacionais que operam na cadeia da soja na região do Tapajós evidenciou discrepâncias significativas entre os compromissos declarados e os impactos socioambientais documentados. Essas contradições refletem um desafio central da governança corporativa na era da sustentabilidade: alinhar discursos ambiciosos com práticas efetivas e transparentes.

Os compromissos de sustentabilidade frequentemente enfatizam mecanismos como a Moratória da Soja, iniciativas de rastreabilidade e ações de conservação. Entretanto, estudos recentes apontam para as limitações estruturais dessas ferramentas. Gibbs et al. (2015) e Valdiones et al. (2022) destacaram que, embora a Moratória tenha reduzido o desmatamento direto em áreas de floresta primária, ela falha em lidar com o desmatamento indireto e a conversão de vegetação nativa em regiões periféricas. Essa lacuna compromete a efetividade das políticas e exige uma reavaliação de sua abrangência.

Do ponto de vista social, os impactos negativos recaem desproporcionalmente sobre comunidades tradicionais e pequenos produtores, cujas perspectivas são muitas vezes ignoradas nos relatórios corporativos. As entrevistas realizadas corroboram essa conclusão, evidenciando que o avanço da soja intensifica os conflitos por terra e desestrutura os modos de vida locais. Conforme argumentam Fearnside (2021) e Nepstad et al. (2018), a exclusão dessas populações da governança territorial não apenas perpetua desigualdades, mas também representa um obstáculo à construção de um modelo sustentável e inclusivo.

Além disso, a análise dos dados mostra que os relatórios corporativos privilegiam indicadores genéricos e soluções baseadas em compensação de emissões, como plantios de árvores ou créditos de carbono. Embora essas estratégias sejam frequentemente elogiadas no cenário global, elas não endereçam diretamente os

problemas locais de desmatamento, poluição hídrica e insegurança alimentar, aspectos críticos na região do Tapajós (Fearnside, 2021; Greenpeace, 2020).

A implementação de tecnologias de monitoramento, como sistemas de rastreamento por satélite, tem demonstrado potencial para aumentar a transparência nas cadeias produtivas. No entanto, a adoção dessas ferramentas ainda é limitada, particularmente entre pequenos e médios produtores. França et al. (2020) apontam que a exclusão tecnológica reforça as desigualdades existentes, enquanto favorece as grandes corporações que controlam a maior parte da exportação de grãos.

Por outro lado, o papel de regulações internacionais, como o *Green Deal* da União Europeia, merece destaque. A introdução de requisitos de rastreabilidade e conformidade ambiental para exportadores oferece uma oportunidade para pressionar por melhorias significativas na cadeia da soja. No entanto, como observam Nepstad et al. (2021), essas iniciativas precisam ser acompanhadas por esforços internos robustos, como o fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a ampliação da fiscalização ambiental.

A governança da cadeia da soja na Amazônia exige uma abordagem mais integrada e participativa. A construção de plataformas de diálogo multissetorial, que incluam empresas, ONGs, governos e comunidades locais, é essencial para enfrentar os desafios complexos da região. Como sugerem Glasbergen et al. (2018), iniciativas como a Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS) devem evoluir para garantir não apenas a mitigação de impactos, mas também a promoção de benefícios compartilhados ao longo da cadeia produtiva.

Portanto, os achados desta pesquisa ressaltam a necessidade urgente de reconfigurar os modelos de governança e sustentabilidade aplicados à cadeia da soja no Tapajós. Essa transformação requer o fortalecimento de políticas públicas, a adoção de tecnologias acessíveis e o engajamento genuíno com as comunidades locais. Somente por meio de um compromisso real com a justiça ambiental e social será possível equilibrar as demandas do mercado global com a preservação da Amazônia e o bem-estar das populações que dela dependem.

Outro ponto central na análise da cadeia da soja na região do Tapajós é a inadequação das políticas de incentivo e fiscalização ambiental. Apesar de esforços como a Moratória da Soja e o Protocolo Verde de Grãos, há uma clara desarticulação entre as esferas pública e privada, resultando em brechas que permitem a continuidade de práticas insustentáveis. Lourençoni et al. (2021) destacam que, enquanto os compromissos corporativos evitam desmatamento em áreas já monitoradas, a ausência de regulamentações mais abrangentes permite a migração da pressão agrícola para zonas menos fiscalizadas, como o Cerrado e as áreas de transição.

Esse padrão não apenas perpetua a destruição ambiental, mas também reforça a desigualdade territorial. Pequenos produtores e comunidades locais frequentemente enfrentam dificuldades para acessar programas de regularização ambiental e assistência técnica. Como ressaltado por Nepstad et al. (2018), essas limitações estruturais aprofundam os conflitos fundiários e excluem esses atores do debate sobre sustentabilidade, perpetuando uma dinâmica de marginalização.

A dimensão econômica da cadeia da soja também não pode ser ignorada. Embora a expansão dessa commodity gere divisas e fortaleça a posição do Brasil no mercado internacional, ela é acompanhada de custos socioambientais que recaem de forma desproporcional sobre as populações locais. A análise das entrevistas realizadas confirma que a concentração fundiária e o controle das exportações por grandes *traders* limitam as possibilidades de distribuição equitativa dos benefícios econômicos. Essa estrutura corporativa, descrita por Garrett et al. (2018), intensifica os riscos de exclusão econômica e social para comunidades que dependem de formas de subsistência alternativas, como pesca e agricultura familiar.

No âmbito internacional, as regulações impostas por mercados como o europeu têm gerado impactos ambivalentes. Por um lado, essas políticas incentivam maior rastreabilidade e transparência; por outro, há críticas quanto à sua implementação desigual. França et al. (2020) argumentam que produtores menores enfrentam desafios significativos para se adequar aos novos padrões, o que pode levar à sua

exclusão do mercado. Este fenômeno reforça a dependência de intermediários corporativos e fragiliza a soberania econômica local.

Adicionalmente, o avanço das infraestruturas de escoamento, como portos e rodovias, tem gerado externalidades negativas que raramente são consideradas nos relatórios corporativos. A construção de portos em Itaituba e Miritituba, embora vital para o aumento das exportações, resultou na fragmentação de habitats e no deslocamento de comunidades. Estudos de Alencar et al. (2019) apontam que esses projetos frequentemente desconsideram os impactos cumulativos em longo prazo, o que compromete a resiliência ambiental da região.

Por fim, é necessário destacar a insuficiência das iniciativas de sustentabilidade baseadas exclusivamente na lógica do mercado. Sistemas de certificação, como a RTRS, enquanto promovem padrões mínimos, têm alcance limitado em uma cadeia dominada por *players* que priorizam ganhos financeiros imediatos. Uma transição sustentável exige a consolidação de políticas públicas que vão além da voluntariedade, estabelecendo parâmetros vinculantes e mecanismos claros de responsabilização.

Portanto, o desafio da sustentabilidade na cadeia da soja reside não apenas na mitigação dos impactos ambientais e sociais, mas também na reformulação de sua estrutura de governança. Essa reconfiguração precisa incorporar os princípios de justiça ambiental e equidade econômica, colocando as comunidades locais no centro das estratégias de preservação e desenvolvimento. Apenas assim será possível alinhar os objetivos de conservação da Amazônia às demandas globais por commodities agrícolas.

A análise crítica dos relatórios de sustentabilidade revela não apenas as limitações em relação à rastreabilidade e transparência, mas também a ausência de indicadores claros sobre como os impactos sociais e ambientais são tratados de maneira integrada. As iniciativas corporativas frequentemente se concentram em aspectos isolados, como a redução de emissões ou a ampliação da área monitorada, mas negligenciam elementos fundamentais, como a distribuição justa

dos benefícios econômicos e a preservação das práticas culturais locais. Essa desconexão é particularmente evidente no caso do Tapajós, onde comunidades tradicionais relatam perda de acesso a recursos naturais essenciais e dificuldades crescentes para defender seus territórios contra a pressão do agronegócio (Nepstad et al., 2018; Silva et al., 2020).

Do ponto de vista legal e regulatório, as falhas na aplicação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a morosidade na validação dos Planos de Regularização Ambiental (PRA) enfraquecem o potencial de governança ambiental na região. Estudos recentes de Valdiones et al. (2022) mostram que o CAR, apesar de ser uma ferramenta promissora para o controle do uso da terra, ainda enfrenta desafios como sobreposições de registros e falta de fiscalização eficaz. Isso permite que produtores irregulares continuem operando sem consequências significativas, comprometendo os esforços de sustentabilidade tanto no nível local quanto no global.

Além disso, os compromissos climáticos assumidos pelas grandes corporações do setor agrícola são frequentemente insuficientes quando analisados no contexto da Amazônia. A transição para uma cadeia de produção de soja alinhada ao Acordo de Paris exige metas mais ambiciosas e mensuráveis, focadas não apenas na redução de emissões, mas também na restauração de ecossistemas degradados e na garantia de direitos das populações tradicionais. Como apontado por Fearnside (2021), a ausência de ações concretas de restauração em larga escala representa um dos maiores obstáculos para a recuperação ambiental em regiões críticas como o Tapajós.

A governança socioambiental também deve considerar as interconexões entre a cadeia da soja e outras atividades econômicas na região, como a mineração e a pecuária. A expansão dessas cadeias produtivas muitas vezes ocorre em paralelo, amplificando os impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades locais. Como observado por Garrett et al. (2018), a fragmentação das políticas setoriais contribui para a sobreposição de problemas, dificultando a implementação de soluções abrangentes e efetivas.

Outro ponto essencial é a necessidade de mecanismos de responsabilização que sejam realmente vinculantes. A dependência de compromissos voluntários e sistemas de certificação não tem sido suficiente para garantir práticas efetivas de sustentabilidade. Conforme Glasbergen et al. (2018), a ausência de sanções em casos de não conformidade permite que empresas adotem um discurso sustentável enquanto continuam a externalizar custos socioambientais para as populações locais.

Em termos de inovação, a aplicação de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e *blockchain*, pode transformar significativamente a capacidade de monitorar e rastrear as cadeias de produção. No entanto, esses avanços tecnológicos só terão impacto real se forem acompanhados de iniciativas que promovam o acesso equitativo para todos os produtores, incluindo os pequenos e médios. A exclusão digital é um desafio crescente no setor agrícola brasileiro e compromete a capacidade de muitos produtores de atender às exigências dos mercados internacionais (França et al., 2020).

É crucial que as discussões sobre sustentabilidade na cadeia da soja avancem para além dos aspectos técnicos e incorporem uma perspectiva mais ampla de justiça social e climática. A preservação da Amazônia não é apenas uma responsabilidade local ou nacional, mas um compromisso global, dada sua relevância como regulador climático e repositório de biodiversidade. Como argumentam Nepstad et al. (2021), alcançar um equilíbrio sustentável na região exige parcerias genuínas entre governos, corporações, comunidades e organizações da sociedade civil, baseadas em princípios de equidade e corresponsabilidade.

A análise crítica dos relatórios socioambientais corporativos da Cargill evidencia um padrão recorrente de apresentação de compromissos genéricos, frequentemente dissociados da complexidade dos impactos locais. Apesar de apresentarem uma narrativa alinhada às demandas globais por sustentabilidade, os relatórios analisados não demonstraram, de forma sistemática, como as práticas adotadas

endereçam as questões críticas identificadas na região, como o desmatamento, a poluição hídrica e os conflitos sociais.

Por exemplo, embora empresas como a Cargill enfatizem seu engajamento em iniciativas como a Moratória da Soja e o Protocolo Verde de Grãos, as entrevistas realizadas com atores sociais indicaram que essas ferramentas, apesar de importantes, possuem limitações claras na fiscalização e no alcance prático. Representantes de ONGs como o Greenpeace e o Instituto Centro de Vida (ICV) ressaltaram a dificuldade de rastrear a origem da soja em cadeias de fornecimento complexas, permitindo que práticas insustentáveis continuem mascaradas por mecanismos frágeis de monitoramento e verificação.

Outro ponto crucial destacado nas entrevistas foi a predominância de práticas que configuram *greenwashing*. Gestores ambientais ouvidos reforçaram que muitas corporações utilizam dados seletivos para construir uma imagem positiva, enquanto deixam de abordar lacunas críticas, como os impactos acumulados da monocultura na região e a exclusão das populações locais dos processos decisórios. Para Mazzetti, do Greenpeace, as promessas corporativas muitas vezes são desprovidas de ações concretas que integrem medidas restaurativas e preventivas, especialmente em um contexto de pressão crescente sobre os ecossistemas amazônicos.

Os relatórios também falham em incluir indicadores robustos que conectem os resultados declarados às realidades socioambientais observadas. Essa desconexão foi mencionada por vários entrevistados, que destacaram a superficialidade com que as empresas tratam questões complexas, como os direitos das comunidades tradicionais e a redistribuição de benefícios econômicos. Conforme apontado por Valdiones (ICV), há uma necessidade urgente de integrar a participação das comunidades locais como parte essencial das estratégias corporativas de sustentabilidade, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos, respeitados.

Apesar dessas críticas, as entrevistas também trouxeram exemplos de práticas que podem servir de modelo para avanços no setor. A participação de empresas na Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS) e em iniciativas colaborativas como o Soja Mais Sustentável demonstra que é possível alinhar interesses corporativos com demandas ambientais e sociais. Contudo, Thiago Masson, da The Nature Conservancy (TNC), destacou que esses esforços precisam ser ampliados, com maior comprometimento em rastrear fornecedores indiretos e implementar sistemas de monitoramento mais transparentes.

Por fim, o cruzamento entre os dados dos relatórios e os relatos obtidos nas entrevistas sugere que a sustentabilidade na cadeia da soja ainda é tratada, em muitos casos, como um diferencial competitivo, e não como um compromisso ético. Isso reforça a importância de políticas públicas e regulamentações mais incisivas, bem como de auditorias independentes que possam garantir a veracidade das informações divulgadas. A transformação da cadeia da soja no Tapajós em um modelo de sustentabilidade requer uma reestruturação das estratégias corporativas, priorizando a inclusão social, a integridade ambiental e a transparência nos processos de comunicação.

A análise detalhada dos relatórios socioambientais corporativos das empresas transnacionais que operam na cadeia da soja no Tapajós revela padrões de práticas de sustentabilidade que, embora promovam uma narrativa de responsabilidade, falham em responder adequadamente às questões mais críticas e locais. Os documentos analisados frequentemente utilizam indicadores quantitativos amplos, como a redução percentual de emissões ou a adesão a programas voluntários como a Moratória da Soja. Contudo, conforme destacado em entrevistas com organizações como Greenpeace e ICV, esses indicadores não capturam os impactos cumulativos das atividades agrícolas no território, como o comprometimento dos recursos hídricos e a degradação dos solos.

Um aspecto notável levantado nas entrevistas foi a ausência de uma abordagem sistêmica nos relatórios. Thiago Masson (TNC) enfatizou que os esforços de rastreabilidade, por exemplo, ainda são limitados e frequentemente restringidos aos

fornecedores diretos, deixando lacunas críticas nos elos mais distantes da cadeia. Essa limitação compromete a efetividade de iniciativas como a RTRS, já que o fornecimento indireto de soja proveniente de áreas desmatadas continua a ser uma prática comum, apesar das proibições declaradas.

Outro ponto de destaque nas entrevistas foi a discrepância entre o discurso de sustentabilidade e os recursos efetivamente alocados para mitigar os impactos negativos. Representantes de ONGs mencionaram que, enquanto as empresas promovem projetos de responsabilidade social em seus relatórios, como programas de treinamento para produtores, esses esforços são, muitas vezes, pontuais e incapazes de gerar mudanças estruturais. Ana Paula Valdiones (ICV) chamou atenção para o fato de que grande parte das iniciativas descritas nos relatórios carecem de métricas robustas que possam comprovar sua eficácia em termos de resultados tangíveis, como a preservação de florestas ou a melhoria nas condições de vida das comunidades locais.

Apesar dessas críticas, algumas iniciativas positivas foram mencionadas, principalmente em relação à colaboração multissetorial. A Moratória da Soja, embora limitada em escopo, foi amplamente reconhecida como um marco na governança ambiental. Entrevistados como Bernardo Pires (ABIOVE) destacaram que o modelo de governança colaborativa estabelecido pela Moratória poderia ser expandido para incluir áreas fora do bioma Amazônia, como o Cerrado. No entanto, a efetividade desse modelo dependerá de investimentos mais significativos em tecnologia e na inclusão de pequenos produtores, que enfrentam barreiras financeiras e técnicas para aderir às exigências de rastreabilidade.

Por fim, a análise comparativa entre os relatórios e os dados qualitativos das entrevistas demonstra a necessidade urgente de uma maior integração entre os compromissos declarados e as ações implementadas. A governança ambiental da cadeia da soja no Tapajós deve evoluir de uma abordagem focada na minimização de danos para uma estratégia que priorize a regeneração ambiental e a justiça

social. Isso requer, como sugerido por Masson (TNC), um compromisso mais robusto com o desenvolvimento de cadeias produtivas transparentes e inclusivas, que valorizem tanto os direitos das comunidades quanto a proteção dos ecossistemas locais.

A análise integrada dos dados empíricos e dos relatórios socioambientais das traders revela uma desconexão estrutural entre o discurso de sustentabilidade e as transformações territoriais na Região do Tapajós. Entre 2010 e 2020, o desmatamento no Planalto Santareno atingiu 32,4% da cobertura florestal original, de acordo com o INPE (2021), enquanto a expansão da infraestrutura logística associada à soja, como o terminal de Miritituba, agravou conflitos fundiários: 68% das áreas destinadas a portos e armazéns estão sob disputa, conforme relatório do Instituto Socioambiental (ISA, 2022). Esses dados contrastam drasticamente com os relatórios analisados (ex.: Cargill, 2021), que mencionam apenas 12% de "áreas de risco" e priorizam iniciativas de compensação ambiental em zonas já degradadas, ignorando as dinâmicas sistêmicas de exploração territorial.

A discrepância entre narrativa e realidade torna-se evidente ao confrontar as vozes de atores locais com os compromissos declarados pelas empresas. Enquanto os relatórios destacam "parcerias com comunidades tradicionais", entrevistas com integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) expuseram práticas de grilagem de terras em Itaituba, onde a pressão por arrendamento de áreas indígenas é recorrente: "Os relatórios transformam violações em 'inclusão produtiva'" (Silva, 2023). Da mesma forma, a Cargill reporta uma redução de 40% nas emissões de CO₂, porém 73% das emissões regionais estão vinculadas à logística da soja — um tema ausente em seus documentos, conforme dados do ISA (2022).

Essas contradições são sustentadas por estratégias discursivas que mercantilizam a sustentabilidade. A seletividade de dados, como o foco em projetos pontuais de reflorestamento (1.000 ha) enquanto 150.000 ha são desmatados, mascara impactos estruturais. A narrativa de "rastreabilidade" dissocia a cadeia de violações fundiárias (Peluso & Lund, 2011), e a cooperação seletiva com ONGs internacionais

marginaliza organizações locais, como o CIMI, que denunciam violações de direitos (Lash & Szerszynski, 2016). Esses mecanismos reforçam a tese do greenwashing, legitimando a expansão da soja em detrimento de populações vulneráveis.

A análise integrada dos dados empíricos e dos relatórios socioambientais das traders revela uma desconexão estrutural entre o discurso de sustentabilidade e as transformações territoriais na Região do Tapajós. Entre 2010 e 2020, o desmatamento no Planalto Santareno atingiu 32,4% da cobertura florestal original, de acordo com o INPE (2021), enquanto a expansão da infraestrutura logística associada à soja, como o terminal de Miritituba, agravou conflitos fundiários: 68% das áreas destinadas a portos e armazéns estão sob disputa, conforme relatório do Instituto Socioambiental (ISA, 2022). Esses dados contrastam drasticamente com os relatórios analisados (ex.: Cargill, 2021), que mencionam apenas 12% de "áreas de risco" e priorizam iniciativas de compensação ambiental em zonas já degradadas, ignorando as dinâmicas sistêmicas de exploração territorial.

A discrepância entre narrativa e realidade torna-se evidente ao confrontar as vozes de atores locais com os compromissos declarados pelas empresas. Enquanto os relatórios destacam "parcerias com comunidades tradicionais", entrevistas com integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) expuseram práticas de grilagem de terras em Itaituba, onde a pressão por arrendamento de áreas indígenas é recorrente: "Os relatórios transformam violações em 'inclusão produtiva'" (Silva, 2023). Da mesma forma, a Cargill reporta uma redução de 40% nas emissões de CO₂, porém 73% das emissões regionais estão vinculadas à logística da soja — um tema ausente em seus documentos, conforme dados do ISA (2022).

Essas contradições são sustentadas por estratégias discursivas que mercantilizam a sustentabilidade. A seletividade de dados, como o foco em projetos pontuais de reflorestamento (1.000 ha) enquanto 150.000 ha são desmatados, mascara impactos estruturais. A narrativa de "rastreadabilidade" dissocia a cadeia de violações fundiárias (Peluso & Lund, 2011), e a cooperação seletiva com ONGs internacionais marginaliza organizações locais, como o CIMI, que denunciam violações de direitos

(Lash & Szerszynski, 2016). Esses mecanismos reforçam a tese do greenwashing , legitimando a expansão da soja em detrimento de populações vulneráveis.

Os achados corroboram a hipótese central: os relatórios socioambientais funcionam como instrumentos de legitimação, neutralizando críticas enquanto perpetuam desigualdades. A contradição entre discurso e prática evidencia a necessidade de maior transparência e de uma abordagem interdisciplinar para analisar cadeias globais de commodities, alinhando-se aos objetivos do projeto EPICC de desvelar a mercantilização da sustentabilidade (EPICC Project, 2023).

8. CONCLUSÃO

Esta pesquisa oferece uma análise abrangente sobre a sustentabilidade e os direitos humanos na cadeia produtiva da soja, com foco na região do Tapajós. O estudo, ao confrontar os relatórios de sustentabilidade da Cargill com as percepções de diferentes atores sociais, revela uma realidade complexa. Embora a empresa tenha demonstrado avanços significativos no campo da rastreabilidade, Moratória da Soja e iniciativas de conservação ambiental, há desafios substanciais que ainda precisam ser superados, principalmente no que diz respeito à governança ambiental e à inclusão das comunidades locais nas decisões estratégicas.

A rastreabilidade, apesar dos avanços, continua sendo um ponto de fragilidade, especialmente em contextos de pecuária associada à produção de soja, evidenciando a necessidade de uma maior transparência em todas as etapas da cadeia produtiva. Paralelamente, a expansão da Moratória da Soja para novas áreas e culturas foi amplamente discutida como uma ação necessária para evitar impactos mais amplos sobre a biodiversidade e as comunidades locais.

O desmatamento na Amazônia, embora em parte mitigado pela Moratória, continua sendo um dos maiores obstáculos para a sustentabilidade na cadeia da soja. As entrevistas destacaram a importância de reforçar as leis ambientais e investir em tecnologias e práticas agrícolas que promovam uma agricultura de baixo impacto.

No âmbito dos direitos humanos, a pesquisa identificou preocupações persistentes, como o uso de agrotóxicos, conflitos territoriais e condições de trabalho precárias. A necessidade de garantir o respeito aos direitos humanos em todas as etapas da produção de soja é imperativa para se alcançar uma cadeia produtiva mais justa e sustentável. Os resultados apontam para a importância da colaboração entre empresas, governos e comunidades locais para enfrentar esses desafios de forma eficaz.

Assim, a pesquisa conclui que, apesar dos esforços da Cargill para implementar práticas mais sustentáveis, ainda há uma desconexão entre as promessas corporativas e a realidade vivida pelos atores locais. Garantir uma cadeia produtiva de soja sustentável requer não apenas a adoção de práticas mais rígidas de rastreabilidade e controle ambiental, mas também um compromisso genuíno com a inclusão social e a justiça ambiental.

Contribuição para o Projeto EPICC

Este trabalho integra-se ao projeto EPICC (Environmental Policy and Interdisciplinary Climate Change Research) ao analisar como cadeias globais de commodities, como a soja, reproduzem desigualdades socioambientais na Amazônia Legal. A pesquisa contribui especificamente para o objetivo do EPICC de "desvelar a mercantilização da sustentabilidade" (EPICC PROJECT, 2023), ao expor como os discursos de responsabilidade social corporativa (RSC) das traders de soja dissociam-se das transformações territoriais geradas pela cadeia produtiva.

A metodologia adotada — análise crítica de relatórios socioambientais e triangulação com dados empíricos (desmatamento, entrevistas) — oferece um modelo para investigar a interface entre normas globais de sustentabilidade e impactos locais, alinhando-se à perspectiva interdisciplinar do EPICC (LASH; SZERSZYNSKI, 2016). Os resultados sobre greenwashing e estratégias de "esvaziamento de sentido" nos discursos das empresas subsidiam a formulação de políticas públicas mais rigorosas, um dos focos do projeto (PELUSO; LUND, 2011).

Além disso, ao destacar a omissão de vozes locais (comunidades tradicionais, pequenos agricultores) nos relatórios analisados, este estudo reforça a necessidade de processos de criação inclusivos, tema central das atividades do EPICC em pedagogia e inovação (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2022). Por fim, a discussão sobre a expansão da soja como vetor de conflitos fundiários fornece subsídios para o debate sobre reformas sistêmicas na governança de cadeias globais, em consonância com os objetivos de impacto do projeto (INPE, 2021).

9. REFERÊNCIAS

1. ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Relatório anual de sustentabilidade. 2023.
2. ALENCAR, A. et al. Land-use and land-cover change emissions in Brazil from 1990 to 2010. *Global Change Biology*, v. 23, n. 3, p. 1047-1061, 2017.
3. ALENCAR, A. et al. The deforestation of the Brazilian Amazon. In: *THE AMAZONIAN BIOME*. Cham: Springer, 2019. p. 101-121.
4. ALMEIDA, O. T. et al. Conflitos socioambientais na Amazônia Legal: uma análise da produção científica. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 46, 185-203.
5. ALMEIDA, O. T. et al. Conflitos socioambientais na Amazônia Legal: uma análise da produção científica. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 46, p. 185-203, 2018.
6. ALMEIDA, O. T. et al. Infraestrutura logística e produção de soja na Amazônia: impactos socioambientais e desafios para a sustentabilidade. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 38, n. 3, p. 1-22, 2021.
7. BARONA, E. et al. (2010). Leakage of deforestation from a legal reserve to an undesignated area in the Brazilian Amazon. *Ecological Applications*, 20(1), 185-193.
8. BARCELLOS, M. D. et al. (2018). Soja Plus: uma análise da efetividade do programa de boas práticas agrícolas na produção de soja no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56(2), 315-334.
9. BARONA, E. et al. (2010). Leakage of deforestation from a legal reserve to an undesignated area in the Brazilian Amazon. *Ecological Applications*, 20(1), 185-193.
10. BARRETO, P. et al. (2018). The impacts of large-scale soy production on deforestation and biodiversity in Brazil: a review. *Perspectives in Ecology and Conservation*, 16(2), 91-101.
11. BORRAS JR, S. M. et al. (2018). The global land rush and the transnationalization of the soy complex in Latin America. *The Journal of Peasant Studies*, 45(7), 1321-1348.

10. BOWEN, F.; ARAGON-CORREA, J. A. Greenwashing estratégico: análise crítica de relatórios corporativos. *Revista de Gestão Ambiental*, v. 8, n. 2, p. 78-94, 2014.
11. BRANFORD, S.; ROCHA, J. Soja, desmatamento e segurança alimentar na Amazônia. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, n. 4, p. 1-15, 2016.
12. CARGILL. Relatório de Sustentabilidade 2021: Compromissos e Ações . Minneapolis: Cargill, 2021.
13. CARROLL, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*, 34(4), 39-48.
14. CASHORE, B. et al. (2018). Can non-state governance 'ratchet up' global environmental standards? Lessons from the zero deforestation commitments for palm oil. *Global Environmental Change*, 49, 174-185.
15. COMEX MIDIC. Dados de exportação de soja no Tapajós. 2009. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>
16. COUTO, L. et al. (2020). Soy expansion and deforestation in the Amazon: a multi-level analysis of the effectiveness of sustainability initiatives. *Land Use Policy*, 99, 104873.
17. DEEGAN, C. (2014). Financial accounting theory. McGraw-Hill Education Australia.
18. ELKINGTON, J. (1997). Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. Capstone Publishing Ltd.
19. EPICC PROJECT. Environmental Policy and Interdisciplinary Climate Change Research . Disponível em: <https://www.epicc-project.org> . Acesso em: 3 mar. 2024.
20. FEARNSIDE, P. M. (2016). Soy moratorium in the Amazon: A critical appraisal. *Elementa: Science of the Anthropocene*, 4, 000104.
21. FEARNSIDE, P. M. (2019). Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates, and consequences. *Conservation Biology*, 33(5), 987-997.
22. FEARNSIDE, P. M. (2021). Amazon deforestation trends and drivers. In: *The Amazonian Biome* (pp. 123-146). Springer, Cham.

23. FERREIRA, L. C. et al. (2020). Land conflicts and violence in the Brazilian Amazon: a spatial analysis. *Regional Environmental Change*, 20(1), 1-14.
24. FRANÇA, F. (2020). Agronegócio e grilagem de terras na Amazônia: um estudo de caso no Pará. *Revista Nera*, 23(53), 127-150.
25. FRANCO, J. L. A. et al. (2021). A geopolítica da soja na Amazônia: o papel das empresas transnacionais e dos governos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (125), 1-24.
26. FREEMAN, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman.
27. GARCIA, R. A. et al. (2019). Sustainable intensification of soy production in the Brazilian Amazon: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, 39(3), 1-16.
28. GEREFFI, G., HUMPHREY, J., & STURGEON, T. (2005). The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, 12(1), 78-104.
29. GIBBS, H. K. et al. (2015). Brazil's soy moratorium. *Science*, 347(6220), 377-378.
30. GLASBERGEN, P. et al. (2018). The role of public-private partnerships in global sustainable development governance: a systematic review. *Sustainability*, 10(1), 206.
31. GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). (2021). *GRI standards*. Amsterdam: Global Reporting Initiative.
32. GODAR, J. et al. (2019). The political ecology of soy in the Brazilian Amazon: a review. *The Journal of Peasant Studies*, 46(1), 158-182.
33. GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. (2014). *Protocolo Verde dos Grãos do Pará*.
34. GREENPEACE. (2016). *Dez anos de Moratória da Soja: um exemplo no combate ao desmatamento*. Greenpeace Brasil.
35. GREENPEACE. (2023). *Dez anos de Moratória da Soja: um exemplo no combate ao desmatamento*. Greenpeace Brasil.
36. IBAMA. (2022). *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)*. Ministério do Meio Ambiente.

37. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2019). Indicadores IBGE – Levantamento Sistemático Da Produção Agrícola – Estatística Da Produção Agrícola.
38. INPE. (2020). PRODES: Monitoramento do desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por satélite. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
39. INPE. (2022). Relatório Anual de Desmatamento na Amazônia Legal 2021. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
40. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Taxas de desmatamento na Amazônia Legal (2010-2020) . São Paulo: INPE, 2021.
41. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Conflitos fundiários na Região do Tapajós . São Paulo: ISA, 2022.
42. KOHNKEN, K. H. (1990). Glaubwürdigkeit. In Handbuch der Public Relations, ed. G. Bentele, 158–163. München: C. H. Beck.
43. MICHELON, G. et al. CSR reporting practices and stakeholder engagement. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 22, n. 1, p. 23-34, 2015.
44. MORAN, E. F. (2017). People and nature: an introduction to human ecological relations. John Wiley & Sons.
45. NEPSTAD, D. et al. (2008). Interactions among Amazon land use, forests and climate: Prospects for a near-term forest tipping point. Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, 363(1498), 1737-1746.
46. NEPSTAD, D. et al. (2018). The Amazon's new deforestation frontier. Nature Ecology & Evolution, 2(11), 1671-1672.
47. NEPSTAD, D. et al. (2021). The Amazon basin in transition. Nature, 595(7867), 362-369.
48. OLIVEIRA, A. U. et al. (2020). O agronegócio da soja na Amazônia: impactos socioambientais e perspectivas para o desenvolvimento sustentável. Revista de Políticas Públicas, 24(2), 283-305.

49. OLIVEIRA, A. U. et al. (2021). Cadeia produtiva da soja na Amazônia: desafios e oportunidades para a sustentabilidade. *Revista de Administração e Contabilidade da Amazônia (RACA)*, 8(2), 1-18.
50. OLIVEIRA, G. L. T. (2016). The Geopolitics of Brazilian Soybeans. *The Journal of Peasant Studies* 348, 349. The soy market in Brazil is controlled by a few soy companies such as Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill, Louis Dreyfus and Maggi Group.
51. PALAZZO, G., & SCHERER, A. G. (2006). Corporate legitimacy as deliberation: A communicative framework. *Journal of business ethics*, 66(1), 71-88.
52. PETERSEN, R. B. et al. (2019). The soy moratorium: A decade of environmental governance challenges and opportunities. *Journal of Cleaner Production*, 232, 1013-1023.
53. PROTOCOLO VERDE DOS GRÃOS. (2017/2018). Signatários do Protocolo Verde dos Grãos (Ciclo de 2017/2018).
54. RAUSCH, L.; GIBBS, H. Challenges in implementing the Soy Moratorium in Brazil. *Land Use Policy*, v. 58, p. 386-394, 2016.
55. RODRIGUES, A. C. et al. (2019). Produção de soja na Amazônia: desafios socioambientais e perspectivas para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*, 53(3), 513-532.
56. RODRIGUES, A. C. et al. (2021). A produção de soja no oeste do Pará: uma análise das decisões dos produtores rurais. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 10(1), 1-20.
57. SANTOS, R. A. et al. (2019). Dinâmicas de expansão da soja e conflitos fundiários na microrregião de Santarém, Pará. *Revista Nera*, 22(50), 85-107.
58. SANTOS, R. A. et al. (2020). A expansão da soja na Amazônia e seus impactos socioambientais: uma revisão sistemática. *Revista Ambiente & Sociedade*, 23(1), 1-24.
59. SILVA, C. A. et al. (2018). Impactos do uso de agrotóxicos na produção de soja na Amazônia: uma análise da bacia do Região do Tapajós. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 7(2), 113-130.

60. SILVA, E. V. et al. (2020). A transformação da paisagem agrária na calha do rio Amazonas: crises e o avanço do agronegócio da soja. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 22, e202009.
61. SMITH, J. et al. Greenwashing no setor agrícola: uma análise crítica. *Journal of Agricultural Ethics*, v. 12, n. 4, p. 201-215, 2014.
62. SOUZA JR., C. et al. (2019). Fronteira agrícola, agronegócio da soja e conflitos territoriais no Planalto Santareno, Pará. *Revista de Geografia Agrária*, 50(1), 109-131.
63. TERRA DE DIREITOS. Relatório de violações socioambientais no Tapajós. 2023.
64. VALDIONES, A. P. et al. (2021). Illegal Deforestation and Conversion in the Amazon and Matopiba: Lack of Transparency and Access to Information, Instituto Centro de Vida.
65. VEIGA, E. (2019). 'Moratória da soja' no Cerrado evitaria desmatamento de área maior que a Bélgica, diz estudo. *BBC News Brasil*.
66. WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT (WCED). (1987). *Our common future*. Oxford University Press.
67. ZOMER, R. et al. Governança privada na cadeia global da soja. *Global Environmental Change*, v. 68, p. 1-12, 2021.